

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

JAMAIS OU PEUT-ÊTRE

Não, não vou escrever uma crónica sobre as eleições em França, embora o título seja francófono. Tal deve-se ao nosso grande Ministro das Obras Públicas Mário Lino!

Penso que estarão recordados do calor das suas palavras, e não estou a falar do calor do Deserto da margem da Sul..., sobre a possível escolha de alternativas à Ota para o novo aeroporto. Na altura o Ministro gritou com a enorme convicção com que nos tem brindado nos últimos tempos: “Jamais! Jamais!” (traduzindo: “Nunca! Nunca!”).

Estava assim manifestamente posto de parte por parte do Governo qualquer esforço sério para estudar alternativas e ponderar locais alternativos.

Era mesmo impensável e proscrita qualquer voz que ousasse pedir estudos que justificassem a Ota ou outro local qualquer. A decisão estava inabalavelmente tomada!

Eis senão quando, num debate sobre com o Primeiro-Ministro no Parlamento, Marques Mendes ousa levantar a sua voz no meio do silêncio conformado geral e exige estudos sobre a Ota e comparações com outras localizações possíveis. Marques Mendes questiona fortemente a falta de explicações do Governo e a sua cega fuga para a Ota.

Estava atirada a primeira pedra. Desde então o assunto, na altura quase silenciado, regressa às primeiras páginas dos jornais e aos debates na sociedade civil. Aquilo que parecia estar adquirido é posto em causa e discutido abertamente.

Marques Mendes diz mesmo ao Governo que ele seria a primeira pessoa a congratular a decisão de repensar o assunto.

Sucedem-se então os estudos sobre Poceirão, Montijo e outros locais. Recentemente também Alcochete.

É já neste cenário novo de amplo debate que o Ministro Mário Lino tem a sua infeliz tirada sobre o deserto da margem Sul, onde não existiriam pessoas, casas, hospitais... num claro desespero e vazio de ideias!

Não é por isso com surpresa que se vê agora o próprio Presidente da República dar um sinal que gostaria de ver o assunto mais estudado e mais debatido à luz do dia.

Como também é com agrado que se vêem os primeiros sinais do Governo de recuo, admitindo estudar outras opções, como Alcochete.

É uma vitória da Democracia!

Um assunto fundamental para Portugal estava a ser decidido na escuridão dos gabinetes, sem que se entendesse a arrogância e autismo do Governo. Foi preciso o Partido da Oposição levantar a questão para que tudo passasse a ser mais claro! É essa também a missão da Oposição.

O *jamais*, tornou-se em *peut-être*!

O que se passa na saúde é um ataque aos mais pobres, selvagem, sem consciência social



Destaques:

Actividades do Presidente

Pag. 2 e seguintes

Marques Guedes e a legislação sobre mandatos e acusações judiciais

Leia em “Actividades o PSD”

O poder de compra dos portugueses e a política económica ruinosa do Governo

Leia em “Parlamento Depº José Manuel Ribeiro”

Marques Mendes em Felgueiras e em Paredes

O líder social-democrata: «Saúde caminha para uma situação dramática»

O presidente do PSD afirmou no sábado em Felgueiras que as reformas do Governo na Saúde constituem um «ataque aos mais pobres», pelo que o PSD vai solicitar esta semana, um debate sobre a matéria na Assembleia da República.

Luís Marques Mendes exemplificou com o fecho de maternidades, serviços de urgência e de atendimento permanente, bem como novas taxas de internamento ou de cirurgias como exemplos da situação «dramática» para que caminha a saúde.

Numa referência ao Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, que se iria comemorar no Domingo, o líder do PSD saudou os emigrantes mas lamentou que «só se lembrem deles no 10 de Junho».

Marques Mendes pediu bom senso ao Governo no processo da reestruturação da rede consular, ao mesmo tempo que considerou «inadmissível» que se fechem serviços indispensáveis aos portugueses que trabalham no estrangeiro.

Em Felgueiras, onde empossou a nova Concelhia do PSD, liderada por João Sousa, Marques Mendes considerou que a situação autárquica naquele concelho «envergonha a nossa democracia».

Acusou ainda o PS por não se demarcar da liderança autárquica de Fátima Felgueiras, antiga presidente socialista, reeleita como independente e neste momento a ser



juogada sob acusação de envolvimento no processo do “Saco Azul”. «Não sei que culpabilidades, nem que dúvidas levam o PS a não se demarcar da situação. Nós, pela nossa parte, continuamos coerentes e iguais a nós próprios. Esta não é uma forma séria e coerente de fazer política. Este não é o caminho correcto para a democracia em Portugal», frisou Marques Mendes.

O presidente do PSD classificou as reformas socialistas na Saúde como um “ataque aos mais pobres” e

confirmou que vai suscitar, na próxima semana, um debate sobre a matéria no Parlamento.

“Há que pôr ordem nas contas do Estado, mas com bom senso e sensibilidade social. O que se passa na saúde não é digno de um governo que se diz com sensibilidade social”, afirmou à noite, durante um jantar com militantes sociais-democratas em Felgueiras.

“Um ataque aos mais pobres, um liberalismo selvagem, sem consciência social”

“O que se passa é um ataque aos mais pobres, um liberalismo selvagem, sem consciência social”, acrescentou.

Marques Mendes citou o fecho de maternidades, serviços de urgência e de atendimento permanente, bem como novas taxas de internamento ou de cirurgias como exemplos da situação “dramática” para que caminha a saúde.

“Contra esta situação nos revoltamos. Por isso, vamos fazer um importante debate sobre o estado da saúde na Assembleia da República, durante a próxima semana”, afirmou.

O líder do PSD pediu “bom senso” ao governo no processo da reestruturação da rede consular, considerando “inadmissível” que se fechem “serviços indispensáveis” aos portugueses que trabalham no

estrangeiro.

“Os emigrantes não estão no estrangeiro a fazer turismo. Não há o direito de lhes retirar consulados indispensáveis para afirmarem a cidadania portuguesa além fronteiras”, acrescentou.

A três semanas de Portugal começar a sua terceira presidência da União Europeia, o líder da oposição prometeu cooperação com o governo nesse âmbito.

“Este é um momento em que se deve estar acima da querela partidária. Acompanharemos a presidência portuguesa com atenção, solidariedade e apoio”, disse.

“Somos oposição ao governo, mas não a Portugal e ao interesse nacional”, declarou ainda.

O presidente do PSD não se pronunciou, contudo, sobre acusações de colaboracionismo com a presidente independente Fátima Felgueiras, feitas hoje pelo PS.

Quem respondeu aos socialistas foi o líder da Distrital do PSD//Porto, Agostinho Branquinho, que assegurou que o seu partido “tem as mãos limpas em Felgueiras” e acrescentou que “outros não poderão dizer exactamente a mesma coisa”.

Antes, Marques Mendes tinha estado em Paredes, também no distrito do Porto, onde visitou a “Rota dos Móveis 2007 - 14ª Mostra de Mobiliário”, um certame iniciado dia 02 e que terminou no Domingo. –

Fontes: PSD/Lusa





Miguel Relvas e Marques Guedes falam sobre a nova Lei impeditiva de mandatos autárquicos, que o Governo propõe



O deputado social-democrata Miguel Relvas questionou a intenção do Governo de fazer uma lei de suspensão de mandatos dirigida só a autarcas, e manifestou dúvidas sobre a sua constitucionalidade.

“As propostas feitas por um Governo responsável não podem anatomizar ou serem dirigidas a um grupo específico de titulares de cargos públicos e políticos”, criticou o deputado.

O deputado social-democrata acrescentou que, “sendo esta uma questão muito séria, as propostas devem ser analisadas antes de serem tornadas públicas, para se ver se têm cabimento constitucional”.

“Ainda hoje um dos nossos constitucionalistas de referência, o professor Jorge Miranda, diz que se está perante uma possível violação do princípio da presunção da inocência”, referiu.

“Independentemente do momento, estas questões não podem ser tratadas com ligeireza”, salientou Miguel Relvas.

O Jornal de Negócios noticiou segunda-feira que o Governo quer impor a suspensão de mandatos dos autarcas que tenham sido constituídos

arguidos em processos criminais, depois de deduzida a acusação.

Fonte do gabinete do secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita, disse que “há uma intenção do Governo de alterar a lei no decurso do mandato”.

“Espero que o senhor secretário de Estado tenha a coragem de defender isto no congresso da Associação Nacional de Municípios”, desafiou Miguel Relvas.

O anúncio desta intenção do Governo coincide com a pré-campanha para as eleições intercalares para a câmara de Lisboa, marcadas na sequência da constituição como arguidos de vereadores e do presidente da autarquia, Carmona Rodrigues, que é um dos candidatos.

Marques Guedes quer debater a Europa

O líder parlamentar do PSD sugeriu hoje a realização de um debate sobre a Europa com o primeiro-ministro no dia 20 de Junho, para José Sócrates explicar as orientações que o executivo pensa defender sobre o Tratado Europeu.

Numa carta enviada ao presidente da Assembleia da República, o líder da bancada social-democrata, Luís Marques Guedes, sugere a confirmação do debate sobre a Europa com o primeiro-ministro para 20 de Junho.

“Na sequência da troca de impressões que mantivemos na última conferência de líderes, sobre a realização do debate do Estado da Nação e de um debate com o primeiro-ministro sobre a Europa, venho sugerir a V.Exa que aquele se confirme para o final de Junho (princípio de Julho, no limite) e este possa ter lugar no dia 20 de Junho”, lê-se na missiva.

Como justificação para o agendamento do debate sobre a Europa a 20 de Junho, Marques Guedes recorda “declarações de líderes europeus que apontam para a possibilidade, ou inevitabilidade, de no Conselho Europeu deste mês ser discutida a questão do Tratado Europeu”.

“Discussão que, como V.Exa sabe, necessariamente irá procurar definir linhas políticas fundamentais, sendo absolutamente essencial que, antes disso, o Parlamento e o país possam

conhecer as orientações que o Governo português pensa defender ou sustentar sobre tão relevante matéria”, é ainda referido na carta.

Em declarações à Lusa, Marques Guedes sublinhou a necessidade da Assembleia da República “conhecer previamente e debater as questões que Portugal irá defender” no Conselho Europeu, que se realiza a 21 e 22 de Junho.

“O Parlamento não pode ficar colocado perante o facto consumado”, acrescentou Marques Guedes.

Marques Guedes recordou ainda as declarações do primeiro-ministro na segunda-feira, em Paris, no final de um almoço com o Presidente francês, Nicolas Sarkozy, admitindo que no Conselho Europeu de 21 e 22 de Junho os 27 países membros podem chegar a um acordo para a solução final do Tratado Europeu.

“José Sócrates disse que partia com confiança e optimismo para esse Conselho Europeu”, lembrou o líder da bancada social-democrata, considerando que essas declarações perfilam que no Conselho Europeu haverá “uma tentativa clara de um entendimento sobre a revisão do Tratado”.

Por isso, acrescentou, “é fundamental que o Parlamento conheça previamente quais são as questões que Portugal vai defender” acerca de um “tratado crucial para o futuro”.

“É da maior importância que o primeiro-ministro venha discutir os contornos políticos. Não podemos ficar colocados perante o facto consumado”, insistiu Marques Guedes.

Quanto à data do debate do Estado da Nação, que o líder parlamentar do PSD sugere na carta enviada a Jaime Gama que se realize no final de Junho ou, no limite, no princípio de Julho, Marques Guedes rejeitou a hipótese de apenas ser agendado para 20 de Julho, no última reunião plenária antes das férias.

“Na última conferência de líderes insurgir-me contra essa data. É totalmente desadequado do ponto de vista político”, defendeu, lembrando que na segunda quinzena de Julho “grande parte do país já está de férias”.

Por isso, salientou, o debate do Estado da Nação, “o ponto mais alto da fiscalização política do Governo, a par do Orçamento de Estado”



considerou, contudo, que o secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita, foi “vago” ao falar sobre a proposta a apresentar pelo Governo “em Setembro” deste ano.

Além disso, responsabilizando a “maioria absoluta” do PS pelo “banho-maria” em que se encontra o projecto do PSD, Marques Guedes declarou não entender o anúncio feito pelo executivo de que tenciona elaborar um diploma no mesmo sentido.

“Não percebo qual a razão do Governo. Se tivesse uma proposta pronta... Não consigo perceber porque tomam posição agora para só daqui a três meses enviar para a Assembleia da República. Não percebo e não acho muito próprio”, afirmou.

“Aguardamos pelos contornos exactos da proposta do Governo”, acrescentou, frisando que espera não estar “mais dois anos a aguardar” por legislação sobre este assunto.

Marques Guedes admitiu que “pode haver aqui questões de constitucionalidade”, mas argumentou que PS e PSD “têm votos suficientes para ultrapassarem os problemas necessários em termos de constitucionalidade, assim haja vontade política”.

“Se houver vontade política da parte dos dois partidos, podemos resolver isso, quanto mais não seja criando uma habilitação constitucional expressamente sobre essa matéria”, expôs.

A inelegibilidade dos autarcas acusados de crimes com pena superior a três anos ou de crimes de responsabilidade no exercício de funções, prevista no projecto do PSD, também “deve constar da lei eleitoral para as autarquias”, defendeu, o que “implica acordo entre PS e PSD”.

Reiterando que 2007 tem de ser o ano da alteração das leis eleitorais, Marques Guedes adiantou que o PSD deverá entregar o seu projecto de lei eleitoral para a Assembleia da República “na próxima semana”.

Ainda sobre a suspensão dos mandatos, o líder parlamentar do PSD frisou que está em causa “tratar os autarcas no plano da igualdade, estendendo-lhes o que já existe para os deputados e membros do Governo: mecanismos de suspensão automática do mandato quando existem acusações de crimes com pena superior a três anos”. - Fontes: Lusa, DN, RDP 1

(Nota da Redacção do PL: Não deixe de ler, na íntegra, as intervenções de Guilherme Silva e de José Manuel Ribeiro, em “Parlamento”)

deverá realizar-se, no limite, na primeira semana de Julho.

Marques Guedes acha, no mínimo, “estranho” o “timing” do anúncio governamental da Lei da suspensão de mandatos autárquicos

O líder parlamentar do PSD, disse também, falando a jornalistas, “estranhar a razão do Governo para anunciar neste momento a intenção de apresentar uma lei em Setembro para obrigar os autarcas acusados de crimes a suspender o mandato.

Em declarações, Marques Guedes lembrou que o PSD apresentou em 2005 um projecto no mesmo sentido, aprovado na generalidade em Dezembro desse ano com os votos do PS e que aguarda desde então votação na especialidade.

“Por isso, o PSD, obviamente, está de acordo com o princípio”, prosseguiu, concluindo que espera que as novas regras estejam aprovadas antes das autárquicas de 2009.

O líder parlamentar do PSD





Pré-campanha de Fernando Negrão

Muito bem recebido pela população o candidato do PSD visitou bairros da cidade e esteve na Polícia Municipal a inteirar-se da situação do Corpo

O candidato do PSD à Câmara de Lisboa, Fernando Negrão, afirmou aceitar o recurso eventual à videovigilância, para melhorar a segurança na cidade, embora respeitando “o espaço de intimidade” de cada pessoa.

Questionado sobre se admite o recurso à videovigilância, o candidato do PSD à Câmara de Lisboa respondeu afirmativamente, ressaltando, contudo, a necessidade de se limitar a sua utilização nos “espaço de intimidade” dos cidadãos.

O candidato do PSD às eleições intercalares de 15 de Julho falava aos jornalistas no final de uma visita às instalações da polícia municipal, por onde também já tinha passado durante a manhã a número dois na lista da CDU às eleições para a autarquia da capital, Rita Magrinho.

A propósito da visita, Fernando Negrão alertou para alguns dos problemas que afectam a polícia municipal, nomeadamente a falta de efectivos e a desactualização dos seus estatutos, que têm já mais de 50 anos.

“É urgente actualizar os estatutos”, defendeu o candidato social-democrata.

Quanto à necessidade de reforço dos efectivos da polícia municipal, Fernando Negrão destacou a discrepância entre o número previsto no quadro orgânico de pessoal, ou seja, 857 elementos e a realidade actual.

“O número real de efectivos é pouco mais de um terço do que está

previsto no quadro”, salientou, lembrando que actualmente existem apenas 364 efectivos.

A elevada média etária dos efectivos, que ronda já os 46 anos, foi outro dos aspectos apontados pelo candidato do PSD, que considerou indispensável “O que está em causa é mais e melhor segurança”, sublinhou.

Relativamente ao reforço de competências da polícia municipal, Fernando Negrão não rejeitou essa possibilidade.

Contudo, acrescentou, “ao reforço de competência tem também de juntar-se o reforço dos efectivos”.

O estabelecimento de uma “ligação mais estreita” com a PSP e um “maior envolvimento com as populações”, foram outras das ideias deixadas por Fernando Negrão para melhorar o funcionamento da polícia municipal.

Antes da visita à polícia municipal, o candidato social-democrata às eleições intercalares para a Câmara de Lisboa visitou as instalações do departamento municipal de protecção civil, onde deixou elogios “ao excelente trabalho” que tem desenvolvido.

Novo aeroporto deve ser conciliável com a Portela

Fernando Negrão saudou todos os cidadãos que, com os partidos, «fizeram pressão», para que o Governo recuasse na opção teimosa



de construir o novo aeroporto de Lisboa na Ota.

O candidato do PSD, que falava à margem de uma visita à casa de repouso dos Invalidos do Comércio, no Lumiar, afirmou ser «fundamental que a nova opção seja conciliável» com a manutenção do aeroporto da Portela.

Recorde-se que a construção do novo aeroporto da região de Lisboa em Alcochete é sustentada por um estudo entregue pelo presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) ao Presidente da República.

Entretanto, o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações admitiu que o Governo vai fazer estudos comparativos entre a Ota e Alcochete, para saber qual destes é o melhor local para construir o novo aeroporto de Lisboa. Todo o processo deverá durar um prazo máximo de 6 meses e, durante esse período, Mário Lino garante que o Governo não tomará qualquer decisão irreversível sobre o novo aeroporto.

Necessária maior coesão social

Fernando Negrão propõe uma maior coesão social para os bairros problemáticos da cidade, de forma a solucionar parte dos problemas de segurança da capital.

«Muitas vezes os lisboetas do centro da cidade queixam-se de problemas de segurança. Esses problemas provêm algumas vezes da

alguma marginalização destes bairros. Se estes bairros tiverem mais coesão social, então tenho a certeza que Lisboa terá mais segurança», afirmou Fernando Negrão, após uma visita no Domingo, ao bairro Marquês de Abrantes, em Chelas.

O candidato do PSD sublinha que é preciso criar condições para existir espírito de bairro e de comunidade. «Precisamos de estabelecimentos comerciais onde as pessoas possam fazer compras e onde se encontram. É preciso locais para a crianças ocuparem os seus tempos livres e dar mais força às associações de moradores para ajudarem os jovens», salientou.

O cabeça-de-lista do PSD à presidência da Câmara Municipal de Lisboa considera que é necessário corrigir falhas no domínio da integração social.

Ainda no mesmo dia, Fernando Negrão, visitou os bairros de habitação social da Alta de Lisboa, onde foram realojadas cerca de duas mil pessoas no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER), entende que «o realojamento não é só tirar as pessoas das barracas e pô-las em prédios» e acrescentou que se «há um grupo de pessoas de determinada etnia que se sente desinserida e não quer viver ali, a câmara terá que encontrar outra solução».

O candidato do PSD considera que em matéria de realojamento são «precisos critérios de natureza social» para aplicar em casos como este. –

Fontes: Gab IMP FN e Lusa



Intervenção sobre a orgânica da Polícia de Segurança Pública e da GNR -

Deputado Guilherme Silva
Assembleia da República, 8 de Junho de 2007

Permitir-me-ão V. Exas. que comece esta minha intervenção, lembrando e reproduzindo aqui, “ipsis verbis”, e, portanto, citando, o Senhor Deputado Paulo Rangel na notável intervenção que fez desta Tribuna, na Sessão Solene de 25 de Abril último.

E faço-o, pelo rigor da palavra, pelo acerto da denúncia que não se pode deixar cair no esquecimento e pela sua inteira pertinência em debate que se ocupa da Segurança Interna e, mais concretamente, da reestruturação das Forças de Segurança.

Referia, então, o Deputado Paulo Rangel, a propósito dos nossos justificados receios face a preocupantes e crescentes sinais de ameaças à liberdade.

E passo a citar: “(...) com efeito, o poder executivo prepara-se – pelo menos assim anunciou – para legitimar, com a chancela da Lei, a total concentração do poder de mando civil, do chamado poder policial.

A designada reorganização da segurança interna e das forças de segurança consubstancia uma centralização do poder policial, que põe em causa garantias elementares do Estado de Direito democrático e é totalmente alheia à nossa tradição e cultura.

A tentativa de consumir esta concentração e, de assim, “governamentalizar” e “politizar” as matérias de segurança e até de investigação criminal tinha já sérios precedentes.

Agora, porém, vai-se mais longe e cria-se, sob alçada do chefe do executivo, um secretário-geral, que tanto coordena como ordena e que passará a tutelar todos os corpos policiais, aí incluída a Polícia Judiciária. O qual, para mais, se articula com os serviços de informações, acumulando todo o poder policial do Estado numa só fonte, numa só sede, numa só pessoa: juridicamente, o secretário-geral; virtualmente, o chefe do executivo.

Tudo isto, a par da criação de um Conselho Superior de Investigação Criminal, presidido também pelo chefe do executivo, em que tem assento o Procurador-Geral da República, em posição estatutária de alto funcionário, subordinada e nunca antes assumida.”

(...)

Sabemos todos que não há liberdade sem segurança.

Mas também sabemos, muitos,



aliás, por dolorosa experiência vivida, que também fizemos Abril, por não quisermos, por repudiarmos definitivamente o pretexto da segurança contra a liberdade, opção sempre tão a gosto dos regimes securitários.

Iniciámos, de caso pensado, a nossa intervenção com esta nota prévia, esta chamada de atenção, porque se é verdade que comungamos da necessidade de reestruturação das Forças de Segurança;

Se estamos igualmente de acordo que o seu reequipamento necessita de uma programação plurianual, ou seja, não se pode confinar, sem estabilidade e sem continuidade, a isolados e sucessivos exercícios orçamentais;

Se é verdade que assim pensamos e, nessa medida, saudamos as iniciativas em debate, sem prejuízo de reservas, e mesmo muito sérias, em relação a algumas das soluções pretendidas, que adiante explicitaremos;

O certo é que entendemos ser imperativo enquadrar e, direi mesmo, subordinar, estas Leis, a uma prévia e definitiva clarificação da verdadeira filosofia da Política de Segurança Interna do Governo.

E desde já se antecipa que, em nenhum caso, essa Política poderá deixar de respeitar o imperativo constitucional da conciliação da Segurança com a Liberdade e ser mesmo o garante desta.

Por isso pensamos que o Governo, nesta matéria vem percorrendo caminho inverso do que deveria ter adoptado.

Com as Leis que hoje debatemos, sem dúvida importantes, o Governo, em matéria de Segurança Interna, começa a construir o edifício pelo telhado.

Ora, se este método é sempre mau, é o ainda mais acrescidamente, como se compreenderá, no que respeita à Segurança.

Difícilmente com esta opção será possível construir edifício sólido, numa das mais importantes políticas do Estado e numa das mais relevantes áreas da Soberania.

Dever-se-ia ter começado por debater, ainda antes das Leis Orgânicas da GNR e da PSP a Lei da Segurança Interna e o já famoso Sistema Integrado de Segurança Interna (SISI).

Mas também aqui, e mais uma vez, o Primeiro Ministro falhou a promessa que fez nesta Assembleia, no debate mensal de Março último, em que se comprometeu a apresentar, ainda antes daquelas Leis Orgânicas, e mais concretamente em Junho, a Lei da Segurança Interna.

Estes ziguezagues do Governo em matéria tão importante são tão curiosos que as suas contradições e atropelos sucedem-se a cada passo.

Assim, por exemplo, e

reconhecendo-se por onde se deveria ter começado, na Resolução do Conselho de Ministros nº 44/2007, de 1 de Março, em que se prevê a elaboração das novas Leis Orgânicas da GNR e da PSP, bem como a Lei de Programação de Instalações e Equipamentos das Forças de Segurança. Começa por referir-se, e passo a citar: “*Definido que está o modelo de Segurança Interna (...)*”, importa passar às demais Leis, mencionando-se as que agora estão em debate.

Porque então esta inversão de percurso!?

O Governo foi mais uma vez vítima da sua ânsia de poder, do seu incontrolado desejo de concentração de poder.

Enredou-se, no âmbito do há muito anunciado, e sempre adiado, Sistema Integrado de Segurança Interna, em polémicas soluções que o obrigaram a vacilar, não podendo deixar de avançar com as Leis que hoje debatemos.

Esperemos que essa pausa forçada pelas críticas que surgiram de todos os quadrantes e sectores, das vozes mais insuspeitas, leve à adequada reponderação de uma Lei fundamental para o Estado de Direito Democrático, repito, para o Estado de Direito Democrático que não abdicamos de continuar a ser!

(...)

Estamos numa discussão na



generalidade de três relevantes Propostas de Lei, no âmbito da Segurança Interna.

Não me cabe, pois, aqui e agora, descer a excessivos pormenores próprios da discussão na especialidade, que a seu tempo terá lugar.

Mas posso desde já adiantar que, sem prejuízo de propormos o que tivermos por adequado à sua melhoria, em Comissão, não nos merecem reparo de maior a Proposta de Lei de Programação de Instalações e Equipamento das Forças de Segurança, bem como a Proposta de Lei Orgânica da PSP.

Porém, o mesmo já não aconteceu com a Lei Orgânica da GNR, relativamente à qual temos várias reservas e em alguns aspectos mesmo de natureza essencial.

Mas antes de referir-me aos pontos que merecem a nossa discordância, permita-me que faça um pouco de história, ainda que recente, sobre esta matéria.

O PSD sempre defendeu, tanto no Governo como na oposição, com continuidade, o estatuto de “força militarizada” para a GNR.

Essa opção teve sempre a firme discordância e a crítica intransigente do Partido Socialista, enquanto oposição.

Será interessante lembrar aqui a posição de dois dos actuais Secretários de Estado deste Governo, sobre esta matéria, então ilustres Deputados nesta Câmara – o Dr. Jorge Lácio e o Dr. José Magalhães.

Estávamos em 5 de Novembro de 1993 e discutia-se, em Plenário, um conjunto de pedidos de ratificação do PCP relativos aos Decretos-Lei que tinham extinto a Guarda Fiscal, integrando-a como Brigada Fiscal na GNR, aprovado a Lei Orgânica da GNR e o Estatuto dos Militares da GNR.

Interveio pelo PSD o então Deputado Ângelo Correia, que defendeu a manutenção da PSP como força de segurança de natureza civil e a subsistência da GNR como “força militarizada”, explicando que essa era, aliás, a solução adoptada na maior parte dos Países da União Europeia e que alguns que tinham alterado essa opção estavam a repô-la.

O Senhor Deputado Jorge Lácio, nesse debate, e em pedido de esclarecimento ao então Secretário de Estado da Administração Interna, Dr. Carlos Encarnação, esgrimia, de

forma entusiasmada, o seguinte argumento, na defesa da atribuição de um estatuto civil à GNR, equivalente ao da PSP, e passo a citar: “*O Senhor Secretário de Estado terá dificuldade em explicar como é que um cidadão português deve estar subordinado a princípios que não são de igualdade, que não são de respeito pelo princípio da não discriminação, quando é possível ser abrangido pelo tratamento de uma polícia com o estatuto estritamente militar e ser abrangido, noutra espaço do território nacional, por uma polícia com estatuto que incorpora valores civis.*”

Ora bem, um cidadão português, seja que ponto for do território nacional, para efeitos de regulação normal, deve poder ser tratado por polícias com estatutos harmonizados.”

Veja-se até que ponto ia a argumentação da manutenção do estatuto de “força militarizada” por parte da GNR!

Na mesma linha argumentava o então Deputado José Magalhães, nesse mesmo debate, em que, exaltadamente, referia: “*nada exige a manutenção de um estatuto militar rígido e uma espécie de salto militarizador ou a manutenção da militarização à GNR.*”

E referia mesmo que a manutenção do estatuto de força militarizada por parte da GNR defendida pelo Deputado Ângelo Correia, levaria (imaginem-se!) “*(...) a que a Guarda Nacional Republicana se transformasse numa espécie de quarto ramo das Forças Armadas (...)*”

Mudam-se os tempos mudam-se as vontades!

Ou será que temos antes o Secretário de Estado Jorge Lácio, e em especial o Secretário de Estado José Magalhães, constringidos, cabisbaixos e acabrunhados a discordarem em voz baixa, (muito baixa mesmo não vá o diabo tecê-las), desta tentativa de criar agora o “quarto ramo” das Forças Armadas!?

Da nossa parte, fiéis às posições que mantemos coerentemente, quer no Governo, quer na oposição, não confundimos a manutenção do estatuto de “força militarizada” da GNR, com a invasão de áreas próprias da defesa e com a atribuição de prerrogativas que terão de continuar a ser exclusivas das Forças Armadas.

Como não temos os constringimentos dos Senhores Secretários de Estado Jorge Lácio e José Magalhães, nem devemos, nesta matéria, obediência ao senhor Primeiro Ministro, bem pelo contrário, proclamamos bem alto, e como reserva essencial a esta Lei, a



nossa frontal oposição a esta tentativa, camuflada, mas mal disfarçada, de criar o “quarto ramo” das Forças Armadas, nomeadamente ao atribuir-se o comando da GNR a um General de quatro estrelas.

Tínhamos, pois, toda a razão e fazia todo o sentido ter ouvido a Comissão de Defesa sobre esta Lei.

Outros aspectos há que importa clarificar no plano conceptual das Forças de Segurança, entendendo-se a GNR como força com competência de âmbito nacional, o que não colide com as soluções operacionais de evitar a sobreposição de dispositivos com a PSP.

Importa ainda assegurar que a extinção das Brigadas e a criação de Unidades Territoriais se processem sem perda de “know how” adquirido pelas Brigadas, sem desperdício dos recursos humanos especializados, particularmente no tocante à Brigada de Trânsito, sector em que, face à preocupante sinistralidade rodoviária, não pode haver retrocesso.

Importa ainda que, na discussão da especialidade, dada a extensão e importância dos diplomas regulamentares das Leis em debate, que o Governo disponibilize os respectivos projectos.

Como importa ouvir as Associações Profissionais e ter em atenção os seus pareceres e opiniões, o respeito pelos legítimos direitos dos agentes da PSP e dos militares da GNR, sem prejuízo de se consagrarem as soluções que garantam a maior eficácia das Forças de Segurança.

(...)

Os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 e a ameaça terrorista alteraram os conceitos da

segurança e de defesa, diluindo-se, por vezes, a fronteira entre ambas.

Mas também por isso se exige rigor na regulamentação destas matérias e é bom que se deixe clara a complementaridade da GNR em matéria de defesa, ou seja, em relação às Forças Armadas e não qualquer equiparação indesejável com estas.

Se há coisas com que, quer a defesa, quer a segurança não se compaginam é com conflitualidades institucionais desnecessárias e indesejáveis.

Tudo faremos para que tal não aconteça.

(...)

Tendo Vossa Excelência, Senhor Ministro da Administração Interna, sucedido ao Ministro António Costa, compete-me renovar-lhe aqui o que dissemos ao seu antecessor.

Da nossa parte, da parte do PSD, pode contar com uma oposição responsável e construtiva, franca e aberta, preocupada, antes de mais e acima de tudo, com Portugal e com os portugueses.

Pode estar certo de que não vamos recorrer à demagogia política e eleitoralista que sempre caracteriza o discurso sobre segurança do Partido Socialista na oposição.

As questões relativas à segurança entroncam em pilares fundamentais do Estado e envolvem vertentes essenciais aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos que não se compadecem de meros aproveitamentos políticos ou partidários eleitoralistas de ocasião, que sempre recusámos e vamos continuar a recusar!

(...)

Intervenção sobre a perda de poder de compra dos portugueses

Deputado José Manuel Ribeiro
Assembleia da República, 6 de Junho de 2007

Falar de rigor! Vamos então falar de rigor!

Vou falar-lhe dos mais recentes números da Comissão Europeia.

O rendimento per capita em Portugal cifrou-se no ano passado em 65,3% da média da UE-15, que fez com que o nosso país fosse ultrapassado por Malta, situando-se em 19.º lugar de entre os 27 Estados-membros da UE.

Longe, muito longe vão os tempos em que éramos 14.º em 15 países, tendo atrás de nós apenas a Grécia.

Agora, países como a Eslovénia, Chipre, a Rep. Checa ou a já referida Malta têm um nível de vida superior ao nosso.

E, a manter-se este estado de coisas, a Comissão Europeia prevê que para o ano seremos ultrapassados pela Estónia, e cairemos para o 20.º lugar... Que é Sr. Ministro, o nosso pior resultado de sempre.

Mas posso igualmente falar-lhe de outro indicador: o salário real do trabalhador, que constitui uma boa aproximação à evolução de poder de compra, teve, em 2006, um registo negativo de 0,9%, o pior resultado da EU a ...27.

E pior, Sr. Ministro, neste caso, será necessário recuar ao longínquo ano de 1984, ou seja, recuar 22 anos para ter uma quebra pior do poder de compra! Sim, é isso mesmo, 22 anos!

Ao mesmo tempo, a nossa produtividade do trabalho tem vindo a diminuir, tendo-se situado em 60% da média da UE-15 em 2006, o que nos dá um 20.º lugar entre os 27; e prevê-se que para o ano, isto é, em 2008, estejamos em 22.º lugar...

São factos, Sr. Ministro, números que revelam uma realidade bem sombria, ao contrário do que os Senhores propagandeiam...

E este indicador é fundamental. Sr. Ministro, porque sem aumentar a produtividade não vamos conseguir inverter esta situação!...

Falo-lhe agora do ranking de competitividade do IMD - Institute for Management Development, em que o nosso País surge, em 2007, na posição 39 - a nossa pior classificação de sempre, tendo caído 2 lugares em relação a 2006.

Nada de importante dirá o Sr. Ministro... Afinal à nossa frente está a Grécia, Lituânia, Rep. Checa, Estónia, Islândia, Hungria, Eslováquia e até... o Chile, a Jordânia e imagine-se a... Colômbia. Todos países mais competitivos do que Portugal!...

Como se tudo isto não bastasse, a



taxa de desemprego atingiu nos primeiros três meses deste ano o valor mais elevado das últimas décadas afectando 8,4% da população activa, o que corresponde a cerca de 470.000 desempregados. Mais um registo negativo, diria mais, péssimo, deste Governo.

Quer queira ou não, quer goste ou não, a verdade, a indelmentível verdade é que esta governação socialista tem ajudado - e de que maneira - a deteriorar o poder de compra dos portugueses.

Ora, uma das áreas da governação que mais tem afectado esta evolução económica tem sido a política fiscal, que grandes estragos têm provocado à nossa competitividade, à nossa economia e às famílias e empresas portuguesas.

O brutal aumento de 9 impostos que tem sido praticado desde 2005 é a mais evidente prova disto mesmo. Tudo o que fosse imposto sofreu aumento.

Foi o IVA, o IRC e o IRS, mas também o imposto sobre produtos petrolíferos; o imposto automóvel; o imposto de circulação e camionagem; o imposto de selo; o imposto sobre o álcool e bebidas alcoólicas; e o imposto sobre o tabaco.

Já para não falar do aumento das taxas da ADSE, das taxas moderadoras, à descomplicação de medicamentos, etc, etc... Infelizmente, nada escapa ao apetite voraz dos socialistas.

Alheio a tudo isto e a olhar para o umbigo o Governo lá segue

alegremente o seu caminho não descortinando os caminhos perniciosos que percorre. Não cuidando de perceber que, desta forma, está a ignorar uma vertente importante - cada vez mais importante - de competitividade, de atracção de

investimento e de empresas: a competitividade fiscal.

E não sou eu que o digo, Sr. Ministro, é a experiência de outros países com os quais temos que competir. Experiência que os Senhores erradamente desprezam.

E por falar em IVA, a subida de 19 para 21% decretada em 2005 por V.Exas. teve especial impacto negativo nas regiões fronteiriças portuguesas que, incapazes de reagir vêm a vida a passar-se para Espanha, tornando ainda maior o fosso __assimétrico do nosso país. Porque, como o Sr. Ministro bem sabe, são já 5 pontos a mais que separam a nossa taxa de IVA dos 16% da taxa de Espanha...

E perante esta situação, de grande catástrofe para as regiões do nosso interior, que faz o Governo? Importar-se? Não!... A tudo isto o Governo reage assobiando para o lado, porventura para olado de Espanha...

Não será pois o momento adequado para o Sr. Ministro nos dizer quando é que vai olhar para todos estes sinais "vermelhos", e ter a coragem suficiente para alterar esta política ruinososa?

AGENDA PARLAMENTAR

QUINTA-FEIRA, DIA 14 DE JUNHO DE 2007, 15:00H
PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Interpelação ao Governo n.º .../X (PSD)
Sobre políticas de saúde.

VOTAÇÕES no final do debate

SEXTA-FEIRA, DIA 15 DE JUNHO DE 2007, 10:00H
PERÍODO DA ORDEM DO DIA
Relatório sobre a Orientação da Política Orçamental
PPL n.º 134/X (GOV)
Grandes Opções do Plano.
Discussão de várias Petições
Petição n.º 95/IX/2.ª (Junta de Freguesia de Odivelas)
(Solicitam à Assembleia da República a não supressão de carreiras da Carris na Cidade de Odivelas)
Petição n.º 21/X/1.ª (Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil)
(Solicitam a classificação legal das profissões Comissários e Assistentes de Bordo como "especialmente desgastantes" e as respectivas consequências normativas e laborais)
Petição n.º 148/X/1.ª (Rui Manuel Valente Manito e Outros)
(Pela melhoria da intervenção precoce na infância em Portugal)
Petição n.º 135/X/1.ª (Confederação dos Agricultores de Portugal)
(Solicitam uma intervenção da Assembleia da República para que lhes seja atribuído aquilo a que legalmente consideram ter direito, tendo em conta que as medidas agro-ambientais são da maior importância para o país, sendo que em 2005, o Ministério da Agricultura decidiu não proceder ao pagamento das mesmas)



Assunção Esteves

“Na próxima Conferência Intergovernamental a União Europeia tem um encontro marcado com o futuro”



Na Sessão Plenária do Parlamento Europeu, a decorrer esta semana em Bruxelas, a Deputada do PSD, Maria Assunção Esteves, participou no debate relativo ao Relatório Brok/Crespo sobre o “RoadMap para o processo constitucional.”

Assunção Esteves começou por afirmar que “na próxima CIG, a União Europeia tem um encontro marcado com o futuro. Um encontro marcado, também, com a sua própria natureza.”

De seguida, a Deputada portuguesa do PPE lembrou a herança do Iluminismo, que “proclamou o valor transcendente da dignidade do homem e o método de uma união de povos para a realização desse valor”. “Já no século XVIII Kant (...) dizia

que as Constituições internas dos Estados não cumprem a sua função sem uma ordem externa adequada”.

Relativamente à Constituição Europeia, Assunção Esteves afirmou que “esta é uma das tarefas que temos nas mãos para cumprir nos nossos dias a modernidade que a Europa fez nascer”, questionando de seguida: “Queremos ou não queremos um projecto de justiça, que só é possível sobre um método de partilha política? Se queremos, a Constituição dá a resposta: (...) o reforço do poder do Parlamento, o reequilíbrio entre o centro e os Estados membros, a Carta de direitos, o trabalho político em rede, regras de decisão que conferem governabilidade e eficácia a uma Europa humana e aberta.”

Perante as novas realidades com que o mundo nos confronta, Assunção Esteves considerou que “sobre as elites políticas pesa a responsabilidade de construir novos paradigmas e definir novas formas de vida.”

A terminar, lamentou “a desvalorização dos símbolos da Europa”. “A desvalorização dos símbolos não responde a uma causa real de inquietação dos cidadãos, responde a fantasmas levantados por discursos políticos avulsos e radicais.”

A Europa está numa fase de refundação que não deveria prescindir da sua dimensão simbólica.”

Vasco Graça Moura

Eurodeputado do PSD Graça Moura protesta contra ausência de tradução de/e para Português no Parlamento Europeu

O Eurodeputado do PSD Vasco Graça Moura denunciou hoje em carta enviada ao Presidente do Parlamento Europeu a “ilegalidade” da ausência de tradutores de e para português em reuniões de comissões do Parlamento Europeu (PE), o que, no seu entender, “viola o regimento interno do PE.”

Nesta carta (que juntamos em anexo), Vasco Graça Moura, denuncia dois casos recentes em que não foi disponibilizada “cabina de interpretação em língua portuguesa”, o que considera “uma discriminação perfeitamente ilegal”.

Para o eurodeputado, este facto viola “o artigo 138” do regimento do PE, que obriga à existência de cabines de todas as línguas oficiais da União Europeia.

“O Parlamento Europeu tem defendido constantemente a diversidade cultural e o multilinguismo”, escreve Graça

Moura, denunciando que, “na prática, encarrega-se de ser ele mesmo a violar estes princípios que não se cansa de proclamar”.

Vasco Graça Moura salienta ainda que esta prática ocorre “com algumas línguas, não com todas”, ao abrigo de “uma gestão de recursos”, prevista no código de conduta do multilinguismo. O Deputado do PSD considera esta prática inaceitável, dado que qualquer membro eleito do PE tem direito a exprimir-se na sua língua.

A carta de Graça Moura ao Presidente do PE

Senhor Presidente do Parlamento Europeu, em 8 de Maio do corrente ano, o meu colega Manolis Mavromatis e eu dirigimos a V. Exa. uma carta em que escrevíamos:

“Na reunião de ontem da Comissão Parlamentar da Cultura, Educação, Juventude, Desportos e



Comunicação Social, ficámos muito desagradavelmente surpreendidos pela ausência da cabine de interpretação em língua portuguesa.

A mesa, ante a correspondente reclamação, logo secundada por outros colegas, informou de que teria

havido uma “rotação” das cabines..., tendo o presidente Sifunakis ficado de fazer seguir uma exposição sobre o assunto e de pedir a uma solução para ele.

Sem prejuízo dessa iniciativa, entendemos sublinhar, a título individual, que esta situação é absolutamente inadmissível!

De acordo com o artigo 138 do Regimento, “nas reuniões das comissões e delegações, será assegurada a interpretação de e para as línguas utilizadas e requeridas pelos membros titulares e suplentes dessas comissões ou delegações”.

Deste texto decorre a obrigatoriedade de existência de cabines de todas as línguas oficiais da UE que são utilizadas pelos deputados, em todas as reuniões de comissão em que eles participem, sejam efectivos ou suplentes.

Ante a gravidade da situação criada, vimos pedir a V. Exa. uma



rápida tomada de providências para que ela não possa repetir-se.”

Um novo incidente leva-me a acrescentar as seguintes considerações àquele texto de que sou co-signatário:

Aconteceu hoje, dia 4 de Junho, pouco depois das 15h00, que protestei por não estar disponível interpretação em Português na reunião da Comissão do Comércio Internacional, de que sou membro suplente.

Ao ver que na cabine de Português tinha sido afixado um letreiro dizendo “Esloveno”, resolvi fazê-lo em Alemão, língua do presidente da Comissão, a quem me dirigi nesse sentido e que, surpreendido, mas com toda a simpatia, endossou a resposta ao secretariado.

Em seguida, um membro do secretariado veio explicar-me, amavelmente, que podia ter interpretação passiva em Português, mas que não havia interpretação activa na minha língua!!!

Consultando alguns documentos que então me foram facultados, verifiquei que as coisas estão organizadas de modo a poder ocorrer esse perfeito absurdo com algumas línguas.

Com algumas. Não com todas...

Devo dizer que, por razões práticas evidentes, só agora me apercebi desta situação: no anterior mandato fui membro efectivo da Comissão da Cultura e suplente da dos Negócios Estrangeiros e da das Petições; no actual, sou membro efectivo da Comissão da Cultura e suplente da Comissão do Comércio Internacional, tendo-o sido antes da Comissão do Ambiente; em todas as comissões referidas, com a ressalva do ocorrido a 7 de Maio na Cultura e do que parece ser corrente na Comissão do Comércio Internacional, nunca isso tinha acontecido.

Isto posto, o Parlamento Europeu tem defendido constantemente a diversidade cultural e o multilinguismo.

Todavia, na prática, encarrega-se de ser ele mesmo a violar estes princípios que não se cansa de proclamar.

É o que, em Português, se costuma descrever como “em casa de ferreiro, espeto de pau”...

No artigo 138 do nosso Regimento está claramente reconhecido o direito de todos os deputados usarem da palavra no Parlamento na língua oficial da sua escolha (nº 2).

E também se diz que, nas reuniões das comissões e delegações, será assegurada a interpretação de e para as línguas oficiais utilizadas e requeridas pelos membros titulares e suplentes dessas comissões ou delegações (nº 3).

O código de conduta sobre multilinguismo adoptado pelo Bureau em 4 de Setembro de 2006

substituiu o anterior, que tinha sido adoptado em 19 de Abril de 2004.

O princípio consagrado no nº 2 do seu artigo 1 deve ser energicamente repudiado.

Na verdade, quando aí se fala numa gestão dos recursos a afectar ao multilinguismo a ser feita com base nas necessidades reais dos utilizadores (“on the basis of users’ real needs”), está-se a afirmar um princípio tão equívoco quanto inaceitável.

É equívoco porque, do facto de, em concreto, um deputado poder exprimir-se noutra ou noutras línguas oficiais, se poderia passar a admitir que, nesse caso, se tornaria dispensável a interpretação na sua língua.

É inaceitável, porque a “necessidade real” de um deputado de determinado país membro é, por definição, a de, pelo menos no exercício das suas funções em reuniões oficiais, poder exprimir-se na sua língua, bem como a de dispor de interpretação feita nela.

Essa é uma necessidade política axiomática e que dispensa demonstração e prova, sendo demais certo que nenhum eleitorado nacional que tenha designado deputados ao PE compreenderá ou aceitará que as coisas se passem de outra maneira.

Compreende-se que a gestão dos recursos seja feita partindo do princípio de que, se numa comissão ou delegação, não houver nenhum deputado de determinada língua oficial, essa língua, por via de regra, não seja coberta pela interpretação ali correntemente disponível.

Essa é uma gestão de razoabilidade quanto a recursos difíceis de agenciar, dada a variedade das línguas e o número de parlamentares em funções.

Mas não se compreende que tal limitação extravase destes limites.

De resto, no ponto 2 do artigo 4º do código de conduta diz-se que “as reuniões serão organizadas com as línguas activas e passivas fornecidas de acordo com o perfil linguístico” respectivo e só se admite que não seja assim se houver previsões de não participação de membros que falem uma determinada língua numa reunião específica.

Enunciados estes princípios, que se me afiguram incontroversos, deploro que haja casos, pelos vistos frequentes, em que um deputado, membro de uma comissão parlamentar, está impedido de usar da palavra na sua própria língua, por falta de interpretação!

Esta é uma situação perversa que vai contra todas as concepções e princípios aceites e proclamados pelo PE, pela Comissão Europeia e pelo Conselho, do mesmo passo que viola os direitos fundamentais dos deputados, entre eles o direito a

utilização da sua língua materna e o direito à igualdade de oportunidades, e prejudica a funcionalidade do seu trabalho.

É uma discriminação perfeitamente ilegal.

É também, senhor Presidente e caro Hans-Gert, uma enormidade política, imprópria de uma câmara que representa mais de 400 milhões de cidadãos europeus.

O Bureau não pode violar estes princípios num código de conduta.

Trata-se de uma questão de direito, de uma questão de ética, de uma questão política e de uma questão de cultura.

Por tudo isto, lhe venha pedir que estes aspectos do código de conduta

do multilinguismo sejam imediata e satisfatoriamente revistos.

Desta carta, dou conhecimento, tal como havia feito na anterior, ao Presidente da Comissão Europeia, ao Comissário Orban, ao Presidente do Grupo PPE-DE, ao Presidente da Comissão Parlamentar de Cultura e Educação, ao Presidente da Comissão de Comércio Internacional, a todos os meus colegas portugueses (com o pedido de que se associem a este protesto), e à comunicação social.

Peço-lhe aceite, Senhor Presidente e caro Hans-Gert, os meus melhores cumprimentos. – VGM

Carlos Coelho

Defende melhor cooperação entre Estados no combate à criminalidade organizada

Na Sessão Plenária do Parlamento Europeu, a decorrer em Bruxelas, o Deputado do PSD Carlos Coelho participou no debate conjunto com a Comissão e com o Conselho relativo à Cooperação Transfronteiriça.

Segundo Carlos Coelho “O reforço da Segurança e o combate à criminalidade organizada transnacional e ao terrorismo implicam não só um reforço das fronteiras externas comuns, mas também o intercâmbio rápido e eficiente de informações no âmbito dos controlos nas fronteiras e também da cooperação policial.”

Para o Deputado da Comissão das Liberdades Públicas “Nunca é demais recordar que deverão ser sempre respeitados os direitos fundamentais, nomeadamente o direito à privacidade e à protecção dos dados pessoais.”

A proposta relativa ao aprofundamento da cooperação transfronteiriça inclui algumas das principais disposições do Tratado de Prüm - que foi celebrado entre 7 Estados Membros (Benelux, Alemanha, Espanha, França e Áustria), em 27 de Maio de 2005, com o objectivo de aprofundar a cooperação transfronteiriça, em especial no que diz respeito à luta contra o terrorismo, a criminalidade transfronteiriça e a migração ilegal - de forma a tornar essas disposições aplicáveis a todos os países da UE, dando cumprimento a alguns dos requisitos mais importantes do Programa de Haia. Inclui ainda algumas melhorias em relação ao intercâmbio de informações e

protecção de dados pessoais.

Carlos Coelho congratulou-se com esta proposta que visa integrar essas disposições no âmbito da legislação comunitária e apoiou a posição do Relator - Fausto Correia - de que esta iniciativa deverá ter como base legal o Art. 34(2)(b) do TUE, devendo “revestir a forma de uma Decisão -Quadro, uma vez que visa aproximar as legislações e regulamentações dos Estados Membros.” afirmou o Deputado do PSD.

Por outro lado, o Deputado do PSD referiu que “o VIS deverá ser o terceiro grande sistema, apoiado nas tecnologias de informação, a ser criado no âmbito do Espaço de Liberdade, Segurança. Consiste num sistema de intercâmbio de dados relativos aos vistos entre os Estados Membros, que permitirá às autoridades nacionais competentes introduzir, actualizar e consultar esses dados, por via electrónica.”

A terminar Carlos Coelho elogiou o acordo alcançado que permite “avançarmos na criação deste sistema tão necessário, que deverá melhorar a administração da política comum de vistos, a cooperação consular e a consulta entre as autoridades consulares centrais, ajudar a prevenir ameaças à segurança interna e a busca do visto mais fácil (“visa shopping”), a facilitar a luta contra a fraude e os controlos nos postos de controlo das fronteiras externas e no território dos Estados Membros, contribuir para a identificação e o regresso dos imigrantes clandestinos e facilitar a aplicação do Regulamento Dublin II.”

Notícias dos Açores

PSD/Terceira denuncia incumprimento do acordo laboral da Base das Lajes

O PSD/Terceira denunciou hoje o “incumprimento cada vez maior”, do acordo laboral da Base das Lajes, o que acontece com a “convivência” dos governos regional e da República.

“Há um incumprimento cada vez maior do acordo laboral da Base das Lajes”, afirmou o presidente da comissão política da ilha Terceira, António Ventura, após uma reunião, em Angra do Heroísmo, com o Sindicato dos Trabalhadores de Alimentação, Bebidas e Similares, Comércio, Escritórios e Serviços dos Açores, em que se discutiu a recente proibição do acesso de cidadãos portugueses ao concurso para 40 postos de trabalho na base norte-americana.

Segundo o dirigente social-democrata, “é preocupante que o acordo existente não seja cumprido, tendo a convivência do governo regional e do governo da República, num claro prejuízo para os trabalhadores portugueses, numa estrutura que é o maior empregador da Terceira, contando actualmente 856 postos de trabalho”.

Para o PSD/Terceira, a situação é “tão mais preocupante” quando se sabe que há “uma expansão assumida dos Estados Unidos para outros pontos do globo, nomeadamente África, o que vem reforçar a importância da posição geoestratégica da Base das Lajes, ao contrário do que por vezes se faz constar”.

“Há a impressão que os trabalhadores são utilizados como moeda de troca num processo que se desconhece”, referiu António Ventura, para quem “foi ainda

aventada a possibilidade de serem despedidos mais trabalhadores portugueses durante o ano em curso, uma situação que contrasta claramente com a proibição do acesso ao concurso em questão, onde apenas 40 pessoas, que não podem ser portuguesas, podem concorrer”.

O dirigente social-democrata acrescentou que “não se compreende a falta de pressão do governo açoriano perante esta questão, sendo que a negociação ao nível das melhorias das condições salariais se cotou como um fracasso, vendo-se ainda crescer a precariedade do vínculo de muitos dos trabalhadores”.

O número de trabalhadores na Base das Lajes recrutados na ilha tem vindo gradualmente a descer. Dados referentes a 1992 indicavam a existência de 1206 trabalhadores portugueses no activo. Em 2000 este número desceu para 931, subiu para 987 em 2002 e no final do ano passado havia 856 trabalhadores portugueses.

Aposta nas potencialidades é urgente para a Terceira

Os eleitos pelo PSD estiveram, esta manhã, em especial destaque na reunião do Conselho da Ilha Terceira, realizada em Angra do Heroísmo. Defendendo novas políticas integradas para o desenvolvimento da ilha, foi tom comum que as principais carências sejam debeladas, de modo a potenciar as características da Terceira em prol do seu crescimento económico e social.

Para Aurélio da Fonseca é necessário um rigoroso levantamento



das dificuldades inerentes a uma mudança de ciclo como a que se tem verificado, com a Agricultura a perder influência no tecido económico local. Isto de modo a poder “integrar os seus activos num envolvimento maior das várias frentes de uma nova realidade, onde o Turismo assume posição de destaque para o desenvolvimento da ilha”, referiu o antigo Secretário Regional da Educação.

Para isso, assegurou Carla Bretão, é essencial “uma política de transportes equilibrada e dimensionada às necessidades da Terceira. Que foi sempre um pólo centralizador nesse campo, tendência que, aos poucos, parece querer desaparecer”. A deputada aponta como uma prioridade “estudar de forma aprofundada as perdas que a Terceira e o Grupo Central têm tido com a actual gestão dos transportes, sabendo-se da dependência com o exterior, mas também das valias que uma política eficaz no sector poderá criar”.

António Ventura referiu que a actual tendência de “um centralismo exacerbado nos Açores, têm prejudicado sobremaneira a Terceira e as ilhas vizinhas. Isso é visível a todos os níveis e é o desenvolvimento da ilha que está em causa. Deve haver uma sinergia de esforços para colmatar as carências actuais de uma ilha que têm sido um tanto esquecida”. Ventura comentou ainda um conjunto de assuntos suscitados pela Associação Agrícola da Terceira, e que se prendia com a desratização ineficaz em curso, a necessidade de mais abastecimento de água para as explorações, bem como a melhora na electrificação das mesmas.

Clélio Meneses salientou a

necessidade de um “diagnóstico rigoroso à Terceira, de modo que a sua posição geográfica e as suas características únicas funcionem como um potencial de crescimento, onde a aposta no Turismo e as dinâmicas empresariais se possam unir em bom tom”. O também deputado exaltou que há “aspectos culturais e mesmo pólos como a Base das Lajes, que confirmam por si só as potencialidades da Terceira. Mas é também essencial que se possa haver uma circulação de pessoas feita em condições de qualidade”, referiu Clélio Meneses, numa clara alusão à actual política de transportes.

Resumido a propaganda Início da época balnear na Praia da Vitória

O PSD da Praia da Vitória acusou a Câmara Municipal de “mais uma acção propagandística”, a respeito da abertura antecipada da época balnear este ano, que a edilidade anunciou para o início de Maio, e para a qual prometeu “que todas as zonas balneares do concelho estariam aptas a receber os turistas holandeses de visita ao município”.

Segundo a concelhia laranja tudo não passou de “mais uma varridela para debaixo do tapete pois, apesar da vigilância nas praias, as zonas balneares e de lazer continuam sujas e deixadas ao desleixo e incuria por parte da Câmara Municipal. Os equipamentos não foram instalados e as zonas de lazer estão abandonadas. É o total desmazelo”, diz o PSD.

Um exemplo dessa situação é apontado com o que se passa “na costa norte da ilha, particularmente na



freguesia dos Biscoitos, um dos maiores pólos de atracção turística da ilha. Ao percorrer a zona costeira, desde a piscina natural até à Canada do Mar, pode observar-se o estado do equipamento público de apoio ao turismo e lazer que, como devidamente registado no local, foi financiado pelo projecto Leader. Abandono e desmazelo são as palavras que melhor caracterizam a situação ali encontrada”, refere a estrutura liderada por Paulo Ribeiro.

Os sociais-democratas acrescentam que “a Câmara não cumpre o seu compromisso com os municípios pois, mais do que dar por dar ou do que anunciar sem fazer, mais do que preocupar-se em agradar visitantes e forasteiros, deveria preocupar-se com o Concelho, com os seus habitantes e com as suas freguesias”, conclui um comunicado da Comissão Política Concelhia do PSD da Praia da Vitória.

Líder do PSD considera grave que governo possa ter ocultado informação sobre pré-acordo de pescas

O líder do PSD/Açores classificou hoje como “extremamente grave” que o governo regional possa ter “ocultado” informação sobre o pré-acordo de pescas entre Portugal e Espanha, que concede autorização a 38 embarcações das Canárias para pescar atum nos mares dos Açores, entre as 12 e as 100 milhas.

“Ou o governo regional participou neste processo, e está a fingir que não conhece o pré-acordo, sem ter ouvido os pescadores e a Assembleia Legislativa dos Açores, o que é extremamente grave porque há uma ocultação, ou foi posto à margem do processo, o que é uma atitude inqualificável por parte do governo da República”, afirmou Costa Neves, questionado pelos jornalistas, numa conferência de imprensa em que apresentou a posição do partido sobre a revisão do Estatuto.

Para o líder social-democrata, é “difícil de compreender” o comportamento do governo regional nesta matéria, já que “o pré-acordo é



conhecido em Madrid, em Las Palmas, no Funchal e em Bruxelas, e só não parece ser conhecido nos Açores”.

Gravidez na adolescência: números desconcertados mostram confusão do Governo Regional

O PSD/Açores acusou ontem o Governo Regional de “não se entender face aos números da gravidez na adolescência, especialmente no tocante aos dados relativos a 2005”. De facto, e no âmbito da apreciação do projecto de resolução apresentado pelo PSD para o planeamento familiar, a cargo da Comissão parlamentar dos Assuntos Sociais, foram ouvidos os Secretários Regionais dos Assuntos Sociais, Domingos Cunha, e da Educação e Ciência, Álamo Meneses.

Na ocasião o PSD reiterou que não está efectivamente a ser implementado “na íntegra, o Decreto Legislativo Regional nº18/2000/A, de 8 de Agosto, publicado há quase 7

anos, designadamente por não existir um planeamento familiar disponível para todos os açorianos”. E essa necessidade, segundo os social-democratas, ficou ainda mais vincada quando o Secretário dos Assuntos Sociais afirma que, em 2005, o número de nados-vivos filhos de mães até aos 19 anos é de 175, e as publicações anuais do Serviço Regional de Estatística dos Açores apontam 321 nascimentos no ano em causa”.

O PSD estranha que o Governo não se entenda relativamente à matéria em questão, “que é delicada e precisa de um estudo aprofundado, e não entende como é que o Governo faz estas confusões quando tem vários departamentos que deviam estar a par do que se passa com a gravidez de adolescentes nos Açores”.

Para os deputados sociais-democratas, que recentemente apresentaram o referido projecto de resolução em sede do parlamento regional, esta discrepância é “por um lado preocupante, e por outro reforça a necessidade da aprovação definitiva do projecto dado a conhecer”.

Recorde-se que, para além do estudo sobre a situação da gravidez na adolescência na Região, os social-democratas recomendaram igualmente ao Governo Regional a efectiva aplicação da legislação regional que determina a adopção de medidas no âmbito do planeamento familiar e da educação afectivo-sexual.

Foi a deputada Carla Bretão quem considerou que desde 2000 a situação nos Açores “não evoluiu no que concerne às exigências de planeamento familiar e da educação

sexual do mundo moderno, pois a informação, prevenção, vigilância e rastreio são consideradas de capital importância para evitar as infecções sexualmente transmissíveis e outro tipo de patologias, como o cancro da mama e do colo do útero”.

O navio «Express Santorini» não escalou São Jorge...

O PSD/Açores classificou hoje como uma “discriminação total” o facto do navio “Express Santorini” não escalar a ilha de São Jorge esta sexta-feira..

Em requerimento enviado à Assembleia Legislativa dos Açores, o deputado social-democrata Mark Marques afirmou que “os passageiros foram surpreendidos” pela informação da Atlanticoline, concessionária do serviço, sobre o cancelamento da viagem de ontem, quinta-feira, e que hoje “o barco não passa no porto das Velas de São Jorge, fazendo o percurso Horta – Ponta Delgada”.

Segundo o deputado do PSD/Açores, muitos passageiros “estavam a contar” em viajar no Express Santorini, como alternativa à SATA, dado que “vários voos de e para a ilha de São Jorge foram cancelados devido ao mau tempo”. Para Mark Marques, estas são “atitudes de discriminação total para com a ilha de São Jorge. O deputado social-democrata pretende, por isso, que o secretário regional da Economia, que tutela a empresa Atlanticoline, esclareça a situação. – Fontes e Fotos, Gab. Imp. PSD/ALRA





Notícias de Alijó

Vereadores do PSD lavram protesto contra presidente Socialista

Os vereadores do PSD apresentaram um protesto contra o presidente da Câmara de Alijó, o socialista Artur Cascarejo, a quem acusam de desrespeitar a oposição ao não responder aos diversos pedidos de informação, disse hoje fonte social-democrata.

Os vereadores Miguel Rodrigues, Cristina Felgueiras e Álvaro Heleno manifestam, em comunicado, a sua “indignação” perante a “ausência de resposta a muitos dos pedidos de informação que fizeram sobre assuntos da câmara.

Segundo salientam, “estes deveriam ser respondidos em 10 dias, mas demoram cerca de meio ano ou mais, o que representa uma situação inaceitável que persiste desde o início do mandato”.

No protesto apresentado em reunião de câmara, os vereadores dão como exemplo o pedido de

informação sobre o actual processo de revisão do Plano Director Municipal (PDM) de Alijó, feito em Novembro de 2006 e que, decorrido meio ano, ainda não obteve resposta.

Afirmam ainda que também lhes é “dificultado” o acesso a documentação a que os vereadores têm direito no desempenho das suas funções, enquanto autarcas da câmara municipal, como aconteceu com o pedido de cópia do estudo sócio-económico elaborado pela EDP relativo à construção da barragem na foz do rio Tua.

Este pedido, formulado pelos vereadores da oposição em Novembro do ano passado, ainda não foi facultado.

A oposição refere a “persistente recusa” de Artur Cascarejo em cumprir com as suas obrigações e agendar para votação propostas, como dizem que aconteceu com uma

que regulamenta a cedência em direito de superfície de terrenos municipais.

Esta proposta, que tem como objectivo “dinamizar a habitação do concelho”, foi apresentada a 10 de Março e, segundo os vereadores, ainda não foi agendada.

“O presidente da câmara encontra-se também já em violação do estatuto da oposição ao não elaborar o relatório de avaliação aí previsto”, consideram os vereadores.

Os autarcas\socialis-democratas concluem que, com a sua actuação, o edil “viola os direitos da oposição e revela desprezo por uma percentagem importante do eleitorado do concelho que votou e fez eleger esses mesmos autarcas”.

– CPS/PSD-Alijó



Notícias de Aveiro

Dia Mundial da Criança e “Portugal Azul” em 1 de Junho

A Câmara Municipal de Aveiro comemorou o Dia Mundial da Criança, 1 de Junho, através da realização de várias actividades no recinto da Feira do Livro, no Museu da Cidade e no Rossio.

O Dia Mundial da Criança assinala-se no dia 1 de Junho e a Câmara Municipal de Aveiro comemorou com a realização de várias actividades destinadas às crianças: “Infância às Cores, Crescer com valores”, Oficinas de Expressão Plástica, Teatro Infantil “O Sonho de Mariana”, “Há festa no Museu”, vários ateliers e participação no programa em directo da RTP “Portugal Azul”.

Assim, no espaço da Feira do Livro decorreu a acção “Infância às cores, Crescer com Valores” com os objectivos de divulgar a actividade da Comissão de Protecção e Crianças e Jovens de Aveiro e sensibilização das crianças, jovens e adultos para os direitos e deveres dos mais novos. foram distribuídos crachás e lápis da



Convenção dos Direitos das Crianças e da História dos Direitos; foram também dinamizados ateliers de expressão plástica com Sérgio Silva, nomeadamente, na elaboração de marcadores de livros e pintura em peças de barro com desenhos alusivos aos Direitos das Crianças e à comemoração do Dia Mundial da Criança.

Houve também neste local, a apresentação da peça de Teatro Infantil “O Sonho de Mariana” por

Cláudia Sttamiller, com sessões às 10.00, 11.15 e 14.30 horas. Jogos de Cadrave “Quem conta um conto, acrescenta um ponto” realizam-se às 10.00 e 14.00 horas. Por fim, Teresa Nogueira irá promover Histórias Soltas e Histórias Contadas, às 17.30 e 21.15 horas, respectivamente, no Atelier do Conto.

Os recém inaugurados Serviços Educativos do Museu da Cidade comemoraram este dia com “Há festa no Museu”, das

10.00 às 17.30 horas, onde as crianças receberam copos de bolas de sabão para enfeitar os espaços da cidade, tiveram uma visita guiada ao mundo dos fósseis através da Exposição “As Marcas do Tempo” e os mais curiosos puderam participar na actividade “Vem construir o teu fóssil ao Museu da Cidade” e ficar a conhecer um pouco mais sobre o período Jurássico e sobre as suas terríveis criaturas – os Dinossauros. No âmbito da Exposição

itinerante “Portugal Azul – O futuro passa por si”, que se encontra na cidade de Aveiro até 3 de Junho, decorreu um programa em directo, no dia 1 de Junho, das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 18.00 horas, na zona relvada do Jardim do Rossio. A emissão foi conduzida por Carlos Ribeiro, Isabel Angelino, João Baião e Serenella Andrade. Na plateia estiveram presentes alunos de escolas do Concelho de Aveiro que puderam apreciar e beneficiar das várias surpresas da RTP.

“O Sonho de Mariana”

“Mariana conta um sonho a seu irmão Pedro. Nesse sonho, Pedro e Mariana, um pássaro maravilhoso e o avô vão entrar numa aventura extraordinária... passear por dentro de uma nuvem. Zarabá, zarabi, zarabez, vamos contar a história outra vez!”

Este trabalho tem por base o livro

“O Sonho de Mariana” da autoria de António Mota. A concepção artística e interpretação estiveram a cargo de Cláudia Sttamiller, a concepção plástica é de Alexandra Mateus. Este espectáculo dirige-se, preferencialmente, a um público escolar em idade pré-escolar (dos dois aos seis anos) e escolar.

Programa «Portugal Azul» no dia 1 de Junho

A Câmara Municipal de Aveiro realizou o programa em directo da RTP “Portugal Azul” no dia 1 de Junho, das 10.00 às 13.00 horas e das 15.00 às 18.00 horas, na zona relvada do Jardim do Rossio.

Integrado na exposição itinerante “Portugal Azul – O Futuro passa por si” que esteve patente até 3 de Junho, na zona relvada do Lago da Fonte Nova, com horário de visita das 10.00 às 22.00 horas, foi realizado o programa em directo “Portugal Azul” no dia 1 de Junho, conduzido por Carlos Ribeiro, Isabel Angelino, João Baião e Serenella Andrade.

Foi um programa de entretenimento com reportagens, entrevistas e com a presença de figuras conhecidas da RTP e da sociedade aveirense. No programa foram apresentados novos talentos em variadas áreas: música, teatro, desporto; foram também ostentadas imagens de arquivo a preto e branco, que mostrarão alguns aspectos ou paisagens de Aveiro.

A plateia era composta por alunos de escolas do concelho, por utentes



de instituições de solidariedade social e associações que beneficiaram de diversas surpresas.

No interior da exposição “Portugal Azul – O Futuro passa por si” os visitantes de Aveiro tiveram a oportunidade de conhecer a RTP nas dimensões que habitualmente não são conhecidas do grande público. Poderam viajar ao longo das cinco décadas da RTP e conhecer os marcos mais importantes da história do serviço público de televisão. Foi ainda possível conhecer os serviços da RTP para espectadores com necessidades especiais, como invisuais ou surdos.

A extensão da televisão às novas plataformas tecnológicas é também uma realidade a descobrir, sendo possível experimentar o novo serviço RTP Mobile (disponível através do telemóvel) assim como os benefícios da emissão transmitida em Alta Definição. Os visitantes puderam

ainda participar em jogos e experiências que recorrem às mais modernas tecnologias, como um estúdio virtual onde cada visitante pode representar o papel de um jornalista da RTP em diferentes e variados contextos. Os mais novos têm ainda um espaço especialmente dedicado a eles, com jogos didácticos e muita animação.

Houve ainda oportunidade para mostrar as novas instalações da RTP numa visita virtual tridimensional, através da qual os visitantes ficam a conhecer a nova sede e o novo Centro de Produção de Televisão. - Gab. Imp. CMA

Ana Figueira assume novas funções no Teatro Aveirense

A Câmara Municipal de Aveiro anunciou alterações na estrutura artística do Teatro Aveirense, que entraram em vigor no dia 1 de Junho.

Rui Sérgio, director artístico do Teatro Aveirense, deu a conhecer à Administração, Equipa e Vereador dos Assuntos Culturais da Câmara Municipal a intenção de saída das actuais funções que ocupa no Teatro Aveirense, devido ao aumento de responsabilidades como Director do Teatro da Trindade.

O pedido foi aceite com efeitos a partir de 1 de Junho, sublinhando Miguel Capão Filipe “o extraordinário recorte ético e deontológico de alguém que durante um ano e meio colaborou de forma indelével para a requalificação desta casa e, muito em especial, da sua

programação, o que por certo contribuiu para o reconhecimento profissional que lhe é hoje devido” sendo certo que o encenador e actor “irá manter a sua ligação a Aveiro e às iniciativas do Teatro Aveirense”.

O Conselho de Administração do Teatro Aveirense decidiu cooptar Ana Figueira, actual directora artística para a área da dança, para o cargo de Director Artístico a quem o Conselho de Administração deseja “a continuação do bom trabalho já efectuado na valorização do espaço como líder na atracção de espectáculos de qualidade”

Informação complementar

A Coreógrafa e interprete Ana Figueira tem desenvolvido um trabalho revelador da aposta na formação de novos públicos, tendo sido visível e eficaz a introdução que fez nas propostas programáticas de uma vertente pedagógica dirigida aos mais jovens e às famílias em contexto criativo e ainda a sua capacidade de trabalho com jovens criadores promovendo co-produções em residência que muito têm valorizado a actividade cultural do Teatro Aveirense.

Ana Figueira foi fundadora e directora, durante 12 anos do Núcleo de Experimentação Coreográfica (NEC) e criadora e directora da Companhia Instável. Licenciada em Dança e Mestre em Performance Artística – Dança foi igualmente bolseira no Laban Center em Londres. - CMA

Notícias de Setúbal

Aumento do desemprego preocupa Distrital do PSD

A recente divulgação de dados que dão conta do maior aumento do desemprego desde 1992, foi um dos principais temas abordados pela Assembleia Distrital de Setúbal do PSD, que reuniu terça-feira em Palmela. A defesa de que o projecto da ponte Barreiro-Chelas contemple as vertentes rodoviária e ferroviária e a indignação pelas declarações do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Telecomunicações, Mário Lino, sobre a região de Setúbal, foram outros dos assuntos na ordem do dia.

Os sociais-democratas referem ter sido com perplexidade que na passada semana economistas, políticos, bem como toda a sociedade em geral, recebeu os dados tornados públicos pelo INE referente à taxa de desemprego do primeiro trimestre de 2007 que dava conta do maior aumento desde o ano de 1992.

A esta má notícia juntam-se outros dados também preocupantes como o aumento de 0.7% de desemprego face ao mesmo período do ano passado (1º trimestre de 2006).

“A perplexidade deve-se sobretudo porque a problemática do desemprego é uma das mais importantes, dado que a todos afecta, de forma directa ou indirectamente, constituindo um tema de importância transversal a toda a sociedade, sendo as Taxas de Desemprego os indicadores mensuráveis da “saúde” da economia de um País, assim como do bem-estar das famílias, com especial incidência no nosso Distrito, como todos sabemos”, pode-se ler na moção apresentada sobre este tema na Assembleia Distrital do PSD.

A surpresa também se deveu ao facto destes dados não se encontrarem em consonância com os resultados que sistematicamente são revelados





pelo Governo, que se reportam aos dados estatísticos providos do IIEFP, mais precisamente dos seus Centros de Emprego e que têm revelado menos inscritos e menos inscritos na situação de desempregados, sistematicamente de mês para mês assim como face a períodos homólogos (em comparação aos mesmos meses do ano passado). Tal situação tem-se vindo a registar nos Centros de Emprego desde 2006, com especial incidência em determinadas zonas do País como o Alentejo e Lisboa e Vale do Tejo.

Segundo os sociais-democratas, o que se verifica é que “os dados sobre o desemprego apresentados pelo IIEFP que dão conta da redução do número de desempregados devem-se, por um lado, ao facto de os sistemas informáticos do IIEFP e da Segurança Social desde 2006 se encontrarem interligados automaticamente, no que se refere ao registo dos desempregados e da requisição dos mesmos das suas prestações de subsídio de desemprego ou de suspensão das mesmas, aquando do início ou reinício de actividade laboral, o que permitiu automatizar e actualizar quase diariamente a situação dos ficheiros de desempregados dos Centros de Emprego e, por outro, à entrada em vigor da nova Lei do Subsídio de Desemprego de Novembro de 2006 que implica a obrigatoriedade dos desempregados não só de fazerem prova junto dos Centros de Emprego da sua busca activa de emprego pelos seus meios mas também o controlo quinzenal a que estão sujeitos, de se apresentarem nos Centros de Emprego, Juntas de Freguesia ou em qualquer outro local definido pelo Centro de Emprego”.

“A política deste Governo tem vocacionado e reduzido os Centros de Emprego em meras máquinas puramente administrativas de anulações e cessações de subsídios de desemprego, focando os Técnicos de Emprego no trabalho redutor de controlo administrativo das faltas dos desempregados aos controlos quinzenais, sendo relegado para segundo plano o trabalho de cariz mais técnico, de contacto com os

empresários, da recolha de ofertas a serem divulgadas pelos Centros de Emprego e as parcerias em matéria de emprego com o tecido empresarial”, referem.

A Moção acrescenta que “são estas as principais razões a que se devem os dados estatísticos do IIEFP tão favoráveis ao Governo e ao Ministério do Trabalho, mas que são totalmente falaciosos dado que nem sempre uma redução do número de desempregados nos ficheiros dos Centros é um indicador favorável, podendo ser até mesmo revelador de estagnação económica do tecido empresarial”.

Tendo em conta esta situação, a Assembleia Distrital de Setúbal do PSD exige do Governo medidas concretas para fazer face ao desemprego crescente, especialmente ao localizado e específico, como é o caso dos desempregados da Alcoa, criando medidas semelhantes ao PIPS, entretanto extinto.

Ponte Barreiro-Chelas deve ser Rodo-Ferroviária

Outro dos assuntos em discussão foi a construção da Terceira Travessia do Tejo, que os sociais-democratas defendem que deve contemplar tanto a vertente ferroviária como a vertente rodoviária.

Na moção apresentada sobre este tema, sublinha-se que “juntamente com uma política adequada de desenvolvimento e com a futura travessia com o Seixal, a nova ponte vai permitir, para além de uma ligação mais rápida à capital, o desenvolvimento do território e a afirmação do Barreiro na Península de Setúbal e na AML”.

Importa recordar que no final de 2006, o Governo anunciou novos investimentos nas acessibilidades para a Margem Norte da AML, reforçando as ligações rodoviárias com Lisboa, o que contrasta com a ausência de investimento feito na Margem Sul. “Este tratamento diferenciado resulta num desenvolvimento desigual e injusto que é necessário alterar”, criticam os sociais-democratas.

A Moção alerta ainda que a

minimização dos efeitos nas alterações climáticas só será possível com uma intervenção concertada, de forma equilibrada, e com critérios idênticos do ponto de vista territorial.

Deste modo, a Assembleia Distrital de Setúbal defende a construção da nova ponte Barreiro-Chelas com as vertentes rodoviária e ferroviária, devido aos benefícios que irá trazer para a toda a Península de Setúbal, sendo a solução mais adequada do ponto de vista nacional.

Ministro das Obras Públicas e Transportes deve ser demitido

As recentes declarações do Ministro Mário Lino também foram motivo de análise pelos sociais-democratas, que recordaram o espanto com que a população da Península de Setúbal, e o PSD em particular, tomaram conhecimento desta infeliz situação.

“As declarações do Ministro Mário Lino consubstanciam uma profunda ofensa e humilhação a todos quantos vivem e trabalham na margem sul do Tejo”, salienta a Moção apresentada sobre este assunto.

“Efectivamente, à falta de melhores argumentos, o Senhor Ministro permitiu-se aviltar todos quantos aqui vivem, tratando esta região como uma zona subdesenvolvida, onde nada há e tudo falta. Aliás, já que o Senhor Ministro afirma que na margem sul do Tejo não existem escolas, estradas e hospitais, será bom que explique o que pretende fazer para resolver estas carências. Se as suas palavras fossem sérias e credíveis, em consequência deveria apresentar um plano de acção para resolver todas estas carências estruturais”, refere ainda o documento.

Os sociais-democratas consideram que as afirmações do Ministro Obras Públicas e dos Transportes, mais do que “um delírio”, são “uma provocação e um insulto que procuram esconder a arrogância, o autismo e o desespero de que o Governo dá mostras relativamente à escolha da Ota para localização do novo aeroporto”.

Tendo em conta esta situação, os sociais-democratas exigem por parte do Ministro das Obras Públicas e Transportes um pedido de desculpas a todos quantos habitam na margem sul do Tejo, pois “o teor das suas declarações é aviltante e envergonha qualquer um. É tempo do Senhor Ministro explicar esta sua obsessão pela OTA e a obstinação em recusar estudar qualquer alternativa à construção do aeroporto na OTA. Afinal o Senhor Ministro defende os interesses de todos os portugueses ou só de alguns?”

A Assembleia Distrital de Setúbal do PSD exige também que o Primeiro-Ministro reponha verdade dos factos, repare os erros e omissões constantes da mensagem do Ministro e emende a humilhação que este se

permitiu fazer à população desta região.

Os sociais-democratas exigem ainda a demissão do Ministro Mário Lino das funções que ocupa pois um Ministro que mente desta forma, não pode continuar a servir Portugal e os Portugueses.

A necessidade de efectuar mais estudos quanto à futura localização do aeroporto foi outros dos pontos reiterados, pois um investimento tão avultado e tão importante, não pode ficar à mercê da obstinação de um homem e de um Governo.

Importa ainda referir que estas Moções, apresentadas pela Comissão Política Distrital de Setúbal do PSD, presidida por Bruno Vitorino, foram aprovadas por unanimidade. - CPD/PSD-Setúbal

O PSD do Seixal dinamiza actividades colectivas para esclarecimento de militantes e simpatizantes

O P.S.D. do Seixal no passado domingo, um Rally Paper temático, intitulado “os pontos negros do Concelho” e que abrangeu a maior área possível do concelho.

Foi uma iniciativa bastante participada, entre militantes e simpatizantes e onde se conseguiu mostrar inequivocamente os principais pontos negros do concelho com especial realce para a os atentados ao ambiente na zona da siderurgia, as condições sub-humanas em bairros como o denominado “Bairro da Jamaica”, consequência de uma política social completamente desastrosa (incumprimento do PER), a paisagem urbanística completamente descaracterizada, a Baía do seixal absolutamente desaproveitada ou os péssimos acessos, e em mau estado, com especial incidência em Fernão Ferro, onde todos os participantes observaram “in loco” a «MAGNIFICA» Av. do seixal, onde até o famoso Camelo ministerial teria dificuldade de atravessar - CPS/PSD-Seixal

Presidente do PSD Palmela espera que acessos à nova escola sejam concluídos a tempo

Com a conclusão da construção da escola EB 2,3 Marateca-Poceirão para breve, o presidente do PSD Palmela, Carlos Vitorino, aguarda que a Câmara Municipal inicie as obras dos acessos a este equipamento escolar.

O líder do PSD Palmela, juntamente com autarcas e dirigentes da Distrital do PSD e JSD, visitou ontem a nova escola EB 2,3 Marateca-Poceirão, única obra da responsabilidade do poder central em curso no concelho, tendo sido ainda lançada pelo Governo PSD.

Segundo Carlos Vitorino, este

novo equipamento escolar é uma obra que vinha a ser reivindicada há bastantes anos pela população, e que agora está praticamente concluída, estando previsto que a escola comece a funcionar já a partir de Setembro.

No entanto, o presidente do PSD Palmela confessa estar algo apreensivo, pois os acessos ainda não começaram a ser feitos. “Espero que a Câmara Municipal resolva esta questão o mais breve possível, para não correremos o risco da escola estar concluída e pronta a funcionar e os acessos ainda não estarem prontos”.

Carlos Vitorino alerta também para a linha de água situada junto à escola, sendo esta uma situação que pode ser perigosa para os alunos.

O dirigente social-democrata sublinhou ainda o facto de este novo equipamento estar dimensionado para posteriormente receber mais alunos, lamentando, no entanto, que o pavilhão desportivo não seja feito de raiz.

PSD Palmela visita Bombeiros Voluntários de Águas de Moura

Os sociais-democratas visitaram também as futuras instalações dos bombeiros de Águas de Moura, sendo

este um equipamento essencial para o futuro da corporação.

Carlos Vitorino sublinha que este corpo de bombeiros tem uma área de intervenção bastante grande, com muita mata e floresta, para além de mais de 100 km de auto-estrada.

Apesar de as obras estarem 2 anos atrasadas, devido à falta de financiamento, o social-democrata diz que “não deixa de ser com muito agrado que vejo que o novo quartel de bombeiros vai ser uma realidade”.

O presidente do PSD Palmela espera ainda que a obra seja concluída o mais brevemente possível, pois este é um equipamento “importante” não só para a freguesia onde se insere, como para o próprio concelho.

Distrital de Setúbal do PSD acusa socialistas de serem obsessivo-compulsivos

A obsessão do Governo PS pela co-incineração na Arrábida, a decisão da construção do novo aeroporto na OTA, e a falta de investimentos do Governo no concelho, foram os principais temas abordados ontem pelo Presidente da Distrital de Setúbal do PSD, Bruno Vitorino, numa reunião com a Presidente da Câmara

Municipal de Palmela, Ana Teresa Vicente.

Bruno Vitorino considera que o ministro do Ambiente esta a corporizar o instinto obsessivo-compulsivo do Primeiro-ministro relativamente à co-incineração, “José Sócrates quer a todo custo queimar resíduos industriais perigosos na Arrábida”.

O líder distrital do PSD considera “perigosas” as recentes declarações de Nunes Correia ao afirmar que a “decisão política é mais forte que a decisão judicial”. Tal pensamento do actual governo coloca em causa os princípios do Estado de Direito, e só se justifica por uma obsessão de quem julga deter o poder absoluto.

Bruno Vitorino afirma ainda que a Distrital de Setúbal do PSD continuará a opor-se firmemente à co-incineração na Arrábida, ao mesmo tempo que exige a realização do processo de avaliação de impacte ambiental, ilegalmente dispensado pelo Governo.

No caso da construção do novo aeroporto internacional, Bruno Vitorino sublinha que a escolha deve recair no local que melhor defenda o interesse nacional.

“Sou da Margem Sul e tenho orgulho nisso, mas não defendo qualquer opção de localização nesta

margem, somente por bairrismo. O melhor para a região é o que for melhor para o País. Agora, não posso aceitar que o Governo exclua, à partida, a possibilidade de localizar o aeroporto nesta margem, somente por ser na margem sul, sem que existam sequer estudos comparativos que fundamentem uma decisão dessas.”

O presidente da Distrital de Setúbal do PSD afirma que a questão da localização do novo aeroporto “não pode ser uma obsessão pessoal” do Ministro das Obras Públicas e Transportes.

O dirigente social-democrata lamentou ainda a falta de investimentos no concelho de Palmela por parte do Governo, continuando adiados inúmeros projectos, como a regularização da Vala da Salgueirinha, os Centros de Saúde de Pinhal Novo e Quinta do Anjo, constatando que a única obra em curso da responsabilidade do poder central no Concelho é a Escola 2,3 do Poceirão, decidida pelo governo anterior.

Bruno Vitorino considerou “vergonhosos” os cortes no Orçamento de Estado relativos ao Distrito de Setúbal, que foram superiores a 50% nos 2 anos de Governo socialista. – CPD/PSD-Setúbal

Notícias de Ovar

Vereadores PSD afirmam que a Estrada EN 109 não é alternativa válida à A 29 e contestam decisão governamental

De acordo com os anúncios oficiais e as notícias vindas a público mais recentemente, o Governo português liderado pelo Partido Socialista prepara-se para introduzir portagens na A29 (tecnicamente designada por SCUT Costa de Prata), já a partir do segundo semestre de 2007.

Alegadamente, esta decisão é justificada por esta região cumprir os critérios que o Governo estipulou: desenvolvimento económico e a existência de vias alternativas.

No caso concreto do Concelho de Ovar, os Vereadores do PSD nesta Câmara Municipal entendem que esta decisão é uma de uma enorme injustiça e é atentatória dos mais elementares direitos dos cidadãos.

Injustiça, porque a região que é abrangida pela SCUT Costa de Prata regista uma diminuição do PIB per capita (indicador utilizado para avaliar o desenvolvimento regional), passando de 98,1%, em 2001, para



96,3%, em 2003. Por outras palavras, é uma região que empobreceu nos últimos anos.

Injustiça, porque o concelho de Ovar regista um Índice de Poder de Compra Concelhio (indicador utilizado para avaliar o desenvolvimento concelhio) de

79,2% da média nacional, ou seja, inferior ao limiar que o governo definiu para este caso que era de 90%.

Injustiça, porque as alternativas existentes não são minimamente razoáveis.

Os estudos elaborados identificam que, no nosso caso, a via alternativa é a velhinha EN109. Ora todos sabemos que esta estrada não é alternativa a coisa nenhuma. Inclusive, já não existem muitos troços da EN 109 no trajecto para Norte. E nos casos que existe, esta via já assumiu um carácter urbano, tendo sido “absorvida” pela expansão urbanística de diversos concelhos. Para mais, a EN109 é a via de acesso a escolas, infantários, centros de saúde, superfícies comerciais, praças e espaços públicos.

Portanto, as condições de rapidez e, principalmente, de segurança para peões e automobilistas, não são idênticas às que existiam antigamente.

Consideramos, por isso, que é não

é sério falar-se de alternativas, quando na prática, elas não existem.

Acresce a tudo isto o facto do Concelho de Ovar ser um pólo turístico que atrai milhares de pessoas no Verão e aos fins-de-semana.

Imagine-se o que seria a EN109 a acolher, de novo, toda a enorme quantidade de veículos, ligeiros e pesados, que circulam na A29?

A ser levada por diante, esta decisão demonstra não haver razoabilidade e bom senso nas decisões políticas que podem ser gravemente prejudiciais para o nosso Concelho e para as nossas populações.

Assim, e por tudo isto, os Vereadores do PSD na Câmara Municipal de Ovar manifestam o seu FIRME PROTESTO E PROFUNDA DISCORDÂNCIA à introdução de Portagens na A29.

- Os Vereadores/PSD na Câmara Municipal de Ovar

Notícias da Figueira da Foz

A cidade preocupa-se com o futuro da Universidade

O deputado do PSD, Miguel Almeida, apresentou um requerimento dirigido ao Ministro da Ciência e Ensino Superior onde pede esclarecimentos sobre os critérios que levaram à retirada do reconhecimento de interesse público à Universidade Internacional naquela cidade

No documento, o deputado, pretende saber “com carácter de urgência”, quais os resultados da Inspeção-Geral do Ensino Superior “que fundamentaram e determinaram” a decisão da tutela.

No comunicado em que anunciou, sexta-feira, a retirada do reconhecimento de interesse público aos pólos da Universidade Internacional de Lisboa e da Figueira da Foz, o Ministério da Ciência e Ensino Superior alegou que “nem estão em funcionamento os cursos exigidos por lei nem, relativamente aos cursos abertos, o corpo docente cumpre os requisitos mínimos indispensáveis”.

A instituição tem 15 dias úteis a partir da data em que é notificada para contestar o despacho e a tutela dispõe de seis meses para confirmar a decisão.

No requerimento hoje divulgado, Miguel Almeida frisa que a Direcção-Geral do Ensino Superior “terá dado como provados que os estabelecimentos em referência não possuem as condições mínimas, exigidas por lei, para continuarem a ser reconhecidas como instituições de interesse público, sendo que este é um requisito essencial de funcionamento”.

No entanto, diz o deputado, a Universidade Internacional “considera que a decisão do Ministro do Ensino Superior é arbitrária e sem



fundamento, dado que a Universidade tem estado a funcionar em moldes normais, pelo que não era expectável a presente situação”.

Alude ainda, no documento, a uma inspeção realizada “recentemente” na Internacional, cujo relatório, diz, em nada é conforme ao despacho ministerial, “antes regista melhorias no funcionamento da instituição”.

O deputado termina justificando o requerimento pela necessidade “de

serem esclarecidas todas as dúvidas e contradições” existentes. – **Fonte: Gab. Imp. Fig.Foz e «Lusa»**

Figueira da Foz, Portugal 28/05/2007 20:26 (LUSA)

Temas: Educação, Universidades, Sociedade (geral)

Figueira da Foz, 28 Mai (Lusa) - O deputado do PSD, Miguel Almeida, apresentou hoje, no Parlamento, um requerimento dirigido ao Ministro da Ciência e Ensino Superior onde pede esclarecimentos sobre os critérios que levaram à retirada do reconhecimento de interesse público à Universidade Internacional.

No documento, a que a agência Lusa teve acesso, o deputado, eleito pelo círculo de Coimbra, pretende saber “com carácter de urgência”, quais os resultados da Inspeção-Geral do Ensino Superior “que fundamentaram e determinaram” a decisão da tutela.

No comunicado em que anunciou, sexta-feira, a retirada do reconhecimento de interesse público aos pólos da Universidade Internacional de Lisboa e da Figueira da Foz, o Ministério da Ciência e Ensino Superior alegou que “nem estão em funcionamento os cursos exigidos por lei nem, relativamente aos cursos abertos, o corpo docente cumpre os requisitos mínimos

indispensáveis”.

A instituição tem 15 dias úteis a partir da data em que é notificada para contestar o despacho e a tutela dispõe de seis meses para confirmar a decisão.

No requerimento hoje divulgado, Miguel Almeida frisa que a Direcção-Geral do Ensino Superior “terá dado como provados que os estabelecimentos em referência não possuem as condições mínimas, exigidas por lei, para continuarem a ser reconhecidas como instituições de interesse público, sendo que este é um requisito essencial de funcionamento”.

No entanto, diz o deputado, a Universidade Internacional “considera que a decisão do Ministro do Ensino Superior é arbitrária e sem fundamento, dado que a Universidade tem estado a funcionar em moldes normais, pelo que não era expectável a presente situação”.

Alude ainda, no documento, a uma inspeção realizada “recentemente” na Internacional, cujo relatório, diz, em nada é conforme ao despacho ministerial, “antes regista melhorias no funcionamento da instituição”.

O deputado termina justificando o requerimento pela necessidade “de serem esclarecidas todas as dúvidas e contradições” existentes.



Notícias de Sintra

Comemorações do «Dia Mundial do Ambiente»

O Dia Mundial do Ambiente foi assinalado em Sintra, entre os dias 3 e 5 de Junho, no Parque da Liberdade (que este ano comemora o 70º aniversário). Desde uma feira de ateliers ambientais a uma exposição de materiais gráficos e de maquetas relacionadas com as energias renováveis, houve muito para oferecer e renovadas razões para descobrir o Parque.

Do leque de actividades para assinalar o Dia Mundial do Ambiente, fizeram parte jogos e animações, visitas à unidade móvel da Reutilândia (para os alunos dos 3º e 4º anos), ateliers de expressão plástica e estórias com ambiente (para os 1º e 2º anos).

O dia 3 de Junho esteve reservado para as famílias, escolas e demais estabelecimentos de ensino.

Durante o dia 3, a Câmara de Sintra sensibilizou alunos e comunidade docente e não docente para aproveitarem a presença da unidade móvel da Reutilândia nos dias 4 e 5, junto ao Parque, para levarem utilidades com préstimo que possam alimentar o projecto para, posteriormente, serem distribuídas por quem delas necessite.

Ainda no âmbito do Dia Mundial do Ambiente, foi inaugurada uma exposição de fotografia intitulada “Ambiente e Reciclagem”, a 3 de Junho, na Biblioteca Municipal de Sintra.

Matinha de Queluz com visitas mensais

Com o propósito de dar a conhecer a Matinha de Queluz, a Câmara de Sintra, em colaboração com o Parque Natural Sintra-Cascais, iniciou já um ciclo de visitas mensais, que durará até 4 de Outubro.

Num percurso de sensivelmente 1H30, serão abordados os seguintes temas: perspectiva histórica da Matinha; importância ecológica da Matinha enquanto ecossistema sensível de conservação prioritária; o clima e o solo; espécies autóctones/espécies invasoras; a flora mais representativa; as aves e os mamíferos da Matinha.

Haverá ainda a possibilidade de opção por percursos temáticos distintos: “Viagem no Sobreiro – como respiram e se alimentam as árvores”; “Fauna do solo – o que é?”; e “Porque são importantes os cogumelos e como surgem?”.

Serão duas as visitas mensais dirigidas ao público em geral, com

lugar na tarde do 2º sábado e na manhã do 3º domingo de cada mês. As visitas dirigidas às escolas e outras instituições serão quatro, com lugar na 1ª e 3ª sexta-feira de cada mês.

Ou seja, as visitas realizam-se a 15 de Junho, 6 e 20 de Julho, 7 e 21 de Setembro, e 12 de Outubro.

Informações através do telefone 21 912 93 97.

Dia internacional os Museus assinalado em Sintra



No âmbito das comemorações do Dia Internacional dos Museus, que se assinalou no mês passado, a Câmara Municipal de Sintra propôs inúmeras actividades nos três museus municipais – Anjos Teixeira, Ferreira de Castro e Leal da Câmara –, direccionadas para todos os tipos de público.

No Museu Anjos Teixeira, foi apresentado pela “Casa das Cenas – Educação pela Arte”, o conto cénico-plástico “A História do Grilo Que

Queria Ser Amarelo”, baseado numa história infantil-juvenil da autoria do Escultor Pedro Anjos Teixeira.

Já no Museu Ferreira de Castro, foi realizado um mini-roteiro do museu, com a participação dos alunos do Colégio Infanta D. Maria de Portugal. Mais tarde, duas conferências: ‘Museus de Escritores’, por Eugénio Lisboa, e ‘Miguel Torga e o Turismo Cultural’, por José Manuel Cymbrom.

Também, na Casa-Museu de Leal Câmara, teve lugar a realização de

cabo pela FNAC do Cascaishopping, com duas acções distintas: uma conferência sobre o plano de valorização dos óleos alimentares usados e um teatro infantil.

Assim, no âmbito desta campanha, decorreu a 28 de Maio, uma conferência sobre o projecto de Valorização dos Óleos Alimentares Usados, que tem vindo a ser desenvolvido pela Agência Municipal de Energia de Sintra (AMES).

Este projecto foi criado em 2003 pela AMES, em cooperação com a Câmara Municipal de Sintra, no âmbito da sensibilização ambiental. Foram realizadas diferentes campanhas de sensibilização em algumas escolas do concelho aderentes ao projecto, dos diferentes níveis de ensino, desde o jardim-de-infância até ao secundário.

O objectivo foi chamar a atenção de crianças, jovens e professores para a utilização racional de energia, a utilização de energias renováveis e a valorização de resíduos, nomeadamente a valorização energética dos óleos alimentares usados (OAU), com consequente produção de Biodiesel.

Nesse ano participaram 7000 alunos e 300 professores. No presente ano lectivo 2006/2007 o objectivo é de atingir 17.000 alunos e 800 professores nos vários graus de escolaridade.

Neste sentido, foi implementada a recolha de OAU produzidos no sector doméstico. Desde Outubro de 2005 que estão ao dispor da população 23 oleões, colocados estrategicamente junto dos ecopontos.

A valorização energética dos OAU para produção de biodiesel e a utilização deste biocombustível para abastecimento da frota municipal objectiva reduzir o consumo de combustíveis fósseis, com consequente redução de emissões de gases com efeito de estufa, prevenindo o aquecimento global e as alterações climáticas; contribuir para a redução da dependência externa de Portugal, no que respeita aos combustíveis fósseis; e contribuir para a política de gestão e valorização dos resíduos, tendo como mais valia a melhoria da qualidade do ar dos centros urbanos e a redução da factura energética do município.

Hoje em dia, os OAU ainda não são valorizados no concelho de Sintra, estes são processados por uma entidade licenciada para o efeito, no entanto o objectivo é implementar uma unidade de produção de

uma conferência, intitulada “Os Revestimentos Cerâmicos Medievais no Palácio Nacional de Sintra”, por Rui Trindade.

PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE: SINTRA COMO EXEMPLO

A Câmara Municipal de Sintra participou na campanha “Sustentabilidade da Terra/ Preservação do Ambiente”, levada a

biodiesel junto ao posto de abastecimento de biodiesel inaugurado em Outubro de 2005, em Sintra.

A utilização de biocombustível B5 é já uma realidade, sendo que diariamente os 53 veículos da frota da Higiene Pública Empresa Municipal (HPEM) abastecem os seus depósitos com biodiesel produzido a partir de óleos alimentares usados.

Por forma a avaliar os resultados do projecto, está a ser delineado um estudo destinado a quantificar a redução dos consumos energéticos e das emissões de gases de efeito de estufa, através da produção e utilização de Biodiesel em veículos pesados das frotas urbanas da HPEM. Em concreto irão ser identificadas as tendências de consumo, usando dados

já disponíveis pelo software de gestão de frotas, aplicada a toda a frota pesada que esteja a usar mistura de 5% de biodiesel.

“Sustentabilidade da Terra / Preservação do Ambiente”

Ainda no âmbito da participação da autarquia na campanha “Sustentabilidade da Terra / Preservação do Ambiente”, e pensando agora no público infantil, a Câmara de Sintra convidou o grupo de teatro Valdevinos a apresentar a peça de teatro de marionetas “A Floresta d’Água”, que sobiu ao palco da FNAC no dia 26.

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA OS PRÉMIOS

LITERÁRIOS DE SINTRA

Estão abertas as inscrições para os «Prémios Literários de Sintra – Adolfo Simões Müller», na modalidade de infanto-juvenil, e «Vergílio Ferreira», na modalidade de ensaio literário – ambos promovidos pela Câmara de Sintra. Até 2 de Julho, podem concorrer, com trabalhos inéditos, todos os autores nacionais.

Os originais deverão ser enviados pelo correio, devidamente registados e com avisos de recepção, ao secretariado dos Prémios Literários de Sintra, Rua Consiglieri Pedroso, 34, 2710-550 Sintra, sob pseudónimo.

Um júri constituído por um representante da Associação Portuguesa de Escritores, da Associação Portuguesa dos Críticos

Literários e da Câmara de Sintra apreciará os originais, não havendo recurso das decisões do júri.

O prémio não será divisível – não havendo, portanto, atribuição *ex aequo* – e terá um valor de cinco mil euros para cada um dos prémios literários, montante que é entendido como pagamento dos direitos de autor relativos à edição da obra premiada.

A Câmara Municipal de Sintra deterá os direitos para a primeira edição do trabalho galardoado, comprometendo-se a oferecer 50 exemplares ao autor premiado.

As informações relativas a datas, prazos e outras deverão ser recolhidas junto do secretariado dos prémios literários de Sintra, Museu Ferreira de Castro, Rua Consiglieri Pedroso, nº34, 2710-550 Sintra. Tel. 21 923 88 28. E-mail: museu.fcastro@cm-sintra.pt

Notícias de Vila Franca de Xira

PSD contra anexação do Mouchão da Póvoa

O PSD de Vila Franca de Xira está contra a intenção de anexação do mouchão da Póvoa pela freguesia de Póvoa de Santa Iria, cujos cidadãos entregaram uma petição na Assembleia da República a defender a posse administrativa da ilha.

Uma petição com mais de cinco mil assinaturas foi entregue há um mês na Assembleia da República propondo a posse administrativa do mouchão da Póvoa (uma ilha no meio do Tejo actualmente pertencente à freguesia de Vila Franca de Xira) para a freguesia com o mesmo nome.

“O mouchão da Póvoa e os outros três, em conjunto com a lezíria, sempre fizeram parte da freguesia de Vila Franca de Xira. Não faz sentido

desanexar um deles”, disse hoje à Lusa o presidente do núcleo do PSD de Vila Franca de Xira, Orlando Pinto.

O responsável local do PSD entregou hoje ao deputado social-democrata Luís Rodrigues a posição do partido sobre esta matéria.

“A identidade de Vila Franca de Xira foi e é construída incorporando a Lezíria, mouchões e o Rio Tejo”, lê-se no documento entregue ao deputado.

O PSD propõe ainda que se conserve o conjunto dos mouchões (da propriedade de privados e que ocupam cerca de dois mil hectares) e que possam no futuro “gerar emprego através do desenvolvimento

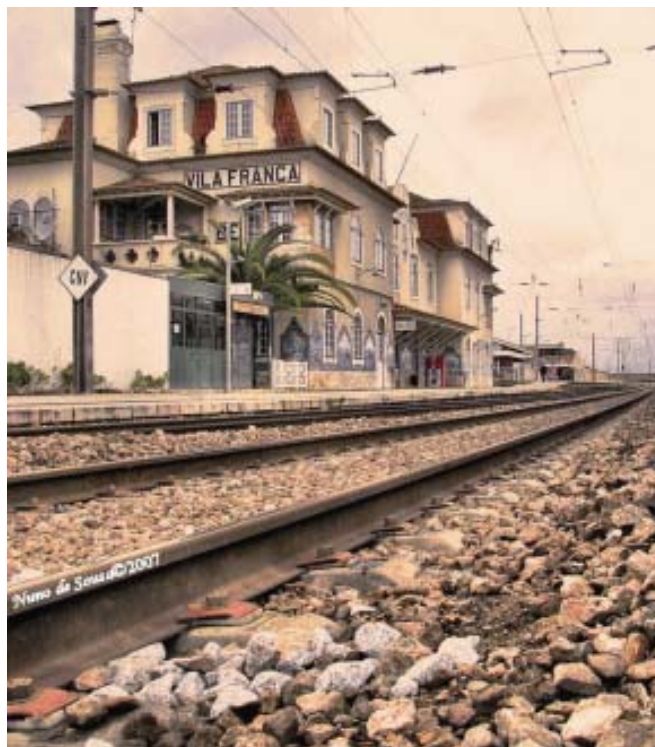
turístico”.

O deputado Luís Rodrigues disse à imprensa que o PSD ainda não tomou uma posição sobre o assunto e que a discussão da petição ainda não tem data marcada.

Luís Rodrigues adiantou que os argumentos dos habitantes da Póvoa se prendem com o aumento da área

da freguesia, tradicionalmente mais próxima desta ilha.

Os mouchões foram usados para fins agrícolas, encontrando-se actualmente ao abandono, tendo surgido nos últimos anos propostas de desenvolvimento turístico que nunca se chegaram a consumir. – CPS/PSD-VFXira



Um ano após a posse da actual CPD, os resultados são positivos, mas a ambição de fazer melhor é dominante!



Faz hoje, dia 9 de Junho, um ano que assumimos o compromisso de liderar a JSD de Ponte da Barca. Esse compromisso foi assumido, especialmente, para com a juventude barquense.

No comando desta jovem estrutura político-partidária, foi desde o primeiro dia que começamos a pôr em prática as nossas ideias, os nossos ideais, mas sobretudo, a nossa irreverência enquanto jovens. Portanto não poderia deixar de fazer nesta ocasião um breve balanço sobre o primeiro ano de mandato da actual Comissão Política da JSD de Ponte da Barca

Balanço que julgamos ser distintamente positivo. Embora possa parecer parcial da minha parte, no entanto, olhando para tudo o que rodeia a JSD/Ponte da Barca, claramente verificamos a presença do sinal mais.

Em apenas um ano de mandato, e sem recursos, criamos a página online da JSD Ponte da Barca; construímos uma nova imagem (novo logótipo); marcamos presença na Universidade de Verão de 2006; estivemos, na defesa da saúde em Ponte da Barca e Arcos de Valdevez; defendemos os interesses do nosso concelho de forma sustentada através dos deputados com assento na Assembleia Municipal, participamos em debates públicos a nível local, distrital e nacional; promovemos debates e tertúlias abertas a toda a

comunidade (“Inovar a Social Democracia no séc. XXI”, “O Estado da Educação”).

Com tudo isto provamos que estamos aqui para servir, não para nos servirmos a nós, estamos aqui com vontade de mudar para melhor. Fizemos com que o debate jovem sobre os mais variados temas flua sem obstáculos, marcamos e tomamos posição sobre diversos temas, mas entendemos que tudo isto foi apenas um criar de alicerces.

Sim, foi «apenas» a base. Os nossos ideais levam-nos a ter mais ideias que colocaremos em prática de forma continuada e não apenas em vésperas de eleições, por que o nosso objectivo maior não foi, não é e não será ganhar eleições. O nosso objectivo maior é contribuir para o desenvolvimento de Ponte da Barca, baseado nas suas imensas potencialidades.

É inaceitável que Ponte da Barca continue (des)governada por uma política sem consequência, sem realmente criar condições de sustentação (verdadeira sustentação, e não economia de parquímetros) para que se possam usar todas as potencialidades do nosso concelho para atrair o progresso. Os jovens são os que mais sofrem, agora e no futuro, com esta situação, pois não lhes são criadas oportunidades, nem sequer perspectivas.

Defendo a lógica de que “Falar é fácil. Fazer é preciso saber”. Calculo

que sejam poucos os exemplos em que se aplique melhor esta lógica do que em Ponte da Barca.

Na JSD Ponte da Barca defendemos o planeamento e a estruturação de objectivos, porque não consideramos que Ponte da Barca esteja preparada para «buracos negros». Não aceitamos a política «fala barata» onde se promove, por exemplo, o turismo, mas nada se faz para que os visitantes sejam recebidos com a devida dignidade.

Os jovens estão afastados, não por serem desinteressados, mas sim por não acreditarem. E não acreditam porque nunca foram realmente concedidas oportunidades de aproximação entre quem governa e quem é governado.

Não acreditamos em política de oposição, acreditamos sim no estar virados para o futuro e acreditamos em alternativas. O nosso «papel» em Ponte da Barca é o de mostrar, provar e fundamentar a existência de alternativas melhores, mas não

teríamos problema algum em assinalar os pontos positivos de quem governa, mas lamentamos que sejam difíceis de encontrar.

Durante toda esta minha «especial» crónica usei a primeira pessoa do plural para definir verdadeiramente a JSD de Ponte da Barca, usei o «Nós». Isto deve-se ao facto de sermos uma EQUIPA, de trabalharmos em conjunto, de discutirmos, de divergirmos e de termos ideias diversificadas, pois só em equipa se consegue produzir algo de melhor.

Há um ano fizemos o convite para aderires a esta verdadeira mudança de Ponte da Barca. Hoje posso afirmar que parte da mudança está mais preparada, acredito pois, que a juventude barquense tem GARRA PARA O FUTURO!!

Viva a JSD! Viva Ponte da Barca! Mas, sobretudo, viva a Juventude Barquense! Obrigado! - *José Alfredo Oliveira, Presidente da JSD de Ponte da Barca*

No Centro Jean Monnet, em Lisboa Conferência sobre os desafios da Presidência Portuguesa da UE

A Juventude Social-Democrata, com a colaboração do Grupo de Eurodeputados do PSD, promove uma Conferência sobre os Desafios da Presidência Portuguesa da UE no próximo Sábado dia 9 de Junho no Centro Jean Monnet em Lisboa.

O início está agendado para as 15 horas

Destacamos as intervenções dos Eurodeputados Carlos Coelho sobre a questão do Tratado Constitucional, de José Silva Peneda sobre a Agenda Social Europeia e do Presidente do PSD Dr. Luís Marques Mendes que apresentará as suas ideias para a Presidência Portuguesa da UE.

Deste modo, os jovens sociais-democratas discutirão as questões relacionadas com o impasse institucional da União Europeia e com o Tratado Constitucional, com a agenda social para a Europa, bem como a participação dos jovens no processo de construção europeia.

- JSD

A Distrital de Setúbal da JSD lança a campanha de “outdoors” sobre o Ministro Mário Lino e o “deserto” ao Sul do rio Tejo

A Comissão Política Distrital de Setúbal da JSD vem por este meio manifestar o seu profundo repúdio pelas Declarações do actual (esperamos que não futuro...) Ministro Mário Lino sobre a localização do futuro aeroporto internacional de Lisboa, num evento da Ordem dos Economistas, em que o referido senhor ofendeu os habitantes da Margem Sul do Tejo, fazendo parecer pelas suas palavras (que mais se assemelharam a asneiras e a uma nova crise crónica de verborreia verbal), que neste território se roça o subdesenvolvimento.

Queira saber o Sr. Ministro, que na Margem Sul do Tejo as pessoas, as instituições, as empresas, as infra-estruturas, a massa civilizacional que ele ignorou existir e que não se coibiu de procurar humilhar (sabe-se lá devido a que interesses, que era importante alguém investigar...), não podem aceitar que um governante de todo o Portugal e não apenas da Ota e arredores, se dê ao desplante de dizer estas coisas sem que haja pela parte do Primeiro Ministro uma reacção que reponha a verdade e desautorize as insinuações, as omissões, e a falta de respeito que o actual responsável pelas Obras Públicas e Transportes teve para com os habitantes desta região.

Nesse sentido, é tempo do actual Ministro explique porque é que não se cansa de defender a Ota quando cada vez mais gente lhe diz que esse não é o caminho, e já agora, que seja investigado quem são os proprietários daqueles terrenos, e quem serão os mais interessados nesta polémica localização.

Na mesma medida, exigimos que o actual Ministro se digne pedir desculpas pelas afirmações vergonhosas sobre as condições da



Margem Sul do Tejo, pois certamente não conhece a realidade, e apenas a cegueira política e a eventual defesa de interesses ainda não explicados, podem justificar que se esqueça que é um representante de todos, e não apenas de alguns.

Mas é também tempo do Sr. Primeiro Ministro acabar com a palhaçada em que se transformou os actos públicos em que tem estado presente o actual Ministro (e de que ele próprio já foi alvo), e faça um favor aos Portugueses, demitindo-o.

Quando à localização do futuro Aeroporto Internacional, defendemos que se façam estudos que justifiquem tão avultado investimento, e que permita que a decisão final seja algo que todos entendem, e algo porque todos estão dispostos a lutar.

Setúbal, 23 de Maio de 2007

O Presidente da Distrital de Setúbal da JSD

Nuno Matias

Contacto Directo- 963287860 / 917682868

Encontro da “J” distrital de Braga com as associações de Estudantes do Ensino Superior do Distrito

No princípio de Junho, a Comissão Política Distrital da JSD de Braga reuniu com o Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho. Esta reunião inseriu-se numa iniciativa que arrancou a 23 de Março, quando da comemoração do Dia do Estudante, em que a Comissão Política Distrital de Braga anunciou que iria reunir com as Associações de Estudantes do Ensino Superior no Distrito de Braga.

Presentes no encontro estiveram, Filipe Marinho, Presidente da Comissão política Distrital da JSD, Miguel Araújo na qualidade de Coordenador do Ensino Superior da CPD-Braga, e da parte da Associação Académica da Universidade do Minho o seu Presidente Pedro Soares.

Da referida reunião foram retiradas as seguintes ilações:

- Relativamente a Bolonha, a adaptação a este novo modelo tem-se registado com algumas dificuldades, que se podem considerar normais, nalguns casos, tendo em conta a mudança operada, porém, noutros importa dizer o seguinte: Bolonha previa que a reorganização dos cursos fosse feita em parceria e de acordo com as necessidades do mercado de trabalho. Na prática, nada deste pressuposto foi cumprido. Facto pelo qual criticamos com veemência!
 - Impreparação por parte de alguns docentes na forma de leccionar de acordo com os pressupostos de Bolonha. Neste sentido, deveriam existir mais incentivos por parte do governo para a Formação Pedagógica dos Docentes.
 - A necessidade de financiamento do 2º ciclo.
 - Privilegiar a avaliação contínua em detrimento da avaliação final.
 - Necessidade de ajustar os processos de avaliação aos trabalhadores-estudantes.
 - A avaliação pedagógica dos docentes, uma das bandeiras da JSD, deverá ser estabelecida não só ao nível científico, mas também pedagógico, e, onde os estudantes tenham uma palavra a dizer.
 - Prestamos toda a solidariedade para com os alunos de Engenharia Civil e a própria Universidade do Minho. É inadmissível, a forma como a DGES tem gerido este processo. O mestrado integrado em Engenharia Civil impõe-se.
 - O regime jurídico não poderá afectar a autonomia das Universidades, e onde deve ser reforçado o papel dos alunos.
 - Apostar na formação complementar em Educação Não-Formal. E desde já, congratulamo-nos com a AAUM e UM pelo desenvolvimento e implementação da ENF no ano de implementação de Bolonha, sobretudo no combate ao abandono e insucesso escolar.
- A JSD, irá ainda remeter às entidades competentes as conclusões e correspondentes preocupações resultantes da reunião realizada. - A CPD/ JSD-Braga





ÁGUEDA

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 50.º e do artigo 51.º dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata convoco a Assembleia de Secção dos militantes de Águeda do PSD para uma reunião ordinária a realizar no dia 29 de JUNHO de 2007 (Sexta-Feira), na sede concelhia, sita na Quinta dos Oliveiras em Águeda, às 21,30 Horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Informações e Actividades.
- 2 – Análise da situação Político - Partidária.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário de militantes da Secção do Porto, para reunir no próximo dia 6 de Julho de 2007, pelas 21h30, no Salão Nobre da Junta de Freguesia do Bonfim, no Porto, sito ao Campo 24 de Agosto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política.

VILA REAL

Nos termos e para os efeitos contidos no disposto do artigo 51 dos Estatutos do PSD, aprovados no XXVIII Congresso Nacional, convocam-se os militantes da Secção de Vila Real, para uma reunião ordinária a realizar dia 22 de Junho às 21h00, na Sede Concelhia do PPD/PSD, sita na Rua da Boavista, n.º 11, desta cidade, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação Político-partidária;
2. Outros assuntos



ERMESINDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais, venho convocar o Plenário do Núcleo dos militantes da JSD de Ermesinde, para o dia 30 de Junho de 2007, pelas 21 horas, na Sede Concelhia, sita na Rua Rodrigues de Freitas, n.º 870, em Ermesinde, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – Marcação do Acto Eleitoral.

Caso na hora a cima indicada não haja quórum, o Plenário deverá começar às 21h30.

O Presidente da Mesa do Plenário (Joaquim António Leitão de Almeida)

CONSELHO DISTRITAL DE SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital de Setúbal, a ter lugar no próximo dia 15 de Julho de 2007 (Domingo), pelas 15 horas, no Ponto de Encontro – Casa Municipal da Juventude, sito na Rua Trindade Coelho, n.º 3 – Almada (Cacilhas), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
 - 2 – Eleições dos representantes da JSD Distrital de Setúbal à Assembleia Distrital do PSD de Setúbal;
 - 3 – Análise da Situação Política.
- A Presidente da Mesa do Conselho Distrital (Neuza Salgueiro)